



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 458 - DE 07 A 21 DE JULHO DE 2013 - R\$ 3,00

**Organizar o movimento operário para enfrentar a crise capitalista:
É necessário defender os empregos e os salários!**

**Que os sindicatos e centrais convoquem assembleias para aprovar
um plano de defesa da classe operária e de todos os explorados!**

**Rejeitar a política de apoio a empresas, a grupos econômicos e
a burguesia de conjunto! Defender a política proletária de
independência de classe diante do patronato e dos governos!**

**Levantar as bandeiras de Salário Mínimo Vital, com escala
móvel de reajuste e fim do desemprego, pela estabilidade
a todos e escala móvel das horas de trabalho! Fim da lei
antigreve e dos processos políticos! Fim das reintegrações
de posse e assassinatos no campo, atendimento às
reivindicações dos camponeses pobres e dos índios!!**

Viva a Conferência Nacional do POR boliviano



Egito: golpe de Estado depõe Mohamed Mursi

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Organizar o movimento operário para enfrentar a crise capitalista

É necessário defender os empregos e os salários! Que os sindicatos e as Centrais convoquem assembleias para aprovar um plano de defesa da classe operária e de todos os explorados! Rejeitar a política de apoio a empresas, a grupos econômicos e a burguesia de conjunto! Defender a política proletária de independência de classe diante do patronato e dos governos!

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

As manifestações de junho mostraram a poderosa força do movimento de massa. O governo federal, os governos estaduais e os prefeitos tiveram de voltar atrás no aumento das tarifas dos transportes coletivos. Mas o mais importante foi que a juventude oprimida e os populares impuseram o direito de se manifestar. Certamente, tive hram de enfrentar a brutal repressão.

A corrida de milhares e milhares para as ruas também impôs aos governos limites em sua sanha repressiva.

A grande maioria dos manifestantes era de classe média. A classe operária esteve ausente. Não estava organizada para sair com suas reivindicações. Somente no final de junho é que as Centrais sindicais decidiram convocar a manifestação do dia 11 de julho. Antes tarde do que nunca! Mas é preciso levantar as reivindicações que defendam de fato a força de trabalho.

Quais são as ameaças que temos pela frente? Quais são as principais dificuldades da maioria oprimida?

A ameaça que se aproxima é a da volta das demissões em massa. O crescimento industrial caiu e está afetando toda a economia. A destruição de postos de trabalho já começou na indústria. Irá se agravar. O emprego é o problema número um da família operária. Está aí por que é preciso que os sindicatos e as Centrais tenham uma firme resposta.

Quais são as reivindicações que de fato protegem os assalariados?

Eis: ESTABILIDADE NO EMPREGO (NENHUMA DEMISSÃO); REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, SEM REDUZIR OS SALÁRIOS e ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, POR MEIO DA QUAL SE DIVIDEM AS HORAS NACIONAIS TRABALHADAS ENTRE TODOS APTOS AO TRABALHO.

Há no Congresso Nacional um projeto que estabelece a jornada de 40 horas. A redução em algumas horas da jornada já é alguma coisa, mas não será suficiente para defender de fato os empregos. É preciso reconhecer que há milhões de desempregados no País. Isso quando a economia estava crescendo. Os sindicatos e Centrais têm de defender EMPREGO A TODOS!

No capitalismo, sempre haverá uma massa de desempregados. Nas condições de crise, o desemprego se agrava. O desemprego é uma das fontes mais bárbaras da miséria de milhões. A reivindicação que defende o EMPREGO A TODOS é a ESCALA MÓVEL DE EMPREGO. Isso porque exige a redução da jornada de acordo com a necessidade de trabalho, que vai do jovem ao adulto. É dever dos sindicatos e das Centrais defenderem os trabalhadores como um todo e não apenas uma parte deles.

Vimos que, diante de demissões em massa, os patrões e direções sindicais fazem acordos como o do Programa de Demissão Voluntária (PDV), o da flexibilização da jornada e o da suspensão temporária (lay off). Os famosos PDVs são contra o direito ao trabalho. A flexibilização não garante o emprego e destrói direitos trabalhistas. É preciso defender a ESTABILIDADE NO EMPREGO.

Há ainda a segunda pergunta: quais são as principais dificuldades da maioria oprimida?

Milhões de brasileiros vivem com 1 a menos de 1 salário mínimo. Essa é a nascente onde se origina o mar de miséria. Nenhuma família pode viver com um salário mínimo de R\$ 687,00. O cálculo conservador do Dieese diz que em abril era preciso um salário mínimo de R\$ 2.982,47. Em nossos cálculos, seriam necessários pelo menos R\$ 4.000,00 para uma família de quatro pessoas. Os sindicatos e as Centrais têm o dever de apresentar um cálculo real aos trabalhadores e lutar pelo SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE.

Está claro que os salários estão sendo corroídos pela inflação e pela alta vertiginosa do custo de vida. Só há uma forma de defender seu valor real: exigir do governo federal que institua o REAJUSTE AUTOMÁTICO. Sobem os preços, sobem imediatamente os salários. A ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE é o mecanismo que de fato defende o valor dos salários.

Há reivindicações políticas que devem ser levantadas nas manifestações. As mais urgentes são: FIM DA LEI ANTIGREVE, QUE PUNE OS SINDICATOS COM MULTAS E IMPÕE REGRAS QUE SERVEM À DEFESA DOS PATRÕES E DO GOVERNO e FIM DA ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA QUE COLOCA A GREVE SOB DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

A intervenção da polícia e da Força Nacional de Segurança (criada por Lula) nas greves de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte mostrou que não há direito de greve. Basta que o movimento ganhe força para a Justiça impor pesadas multas e condições humilhantes de retorno ao trabalho. Não é possível a convivência de sindicatos classistas e combativos com a Lei antigreve.

Muito se fala em democracia, mas somente há democracia para a burguesia. A classe operária e os demais oprimidos carregam nas costas a exploração, a pobreza e a miséria e não podem usar livremente o direito de greve. Os sindicatos e Centrais têm a obrigação de lutar pelo FIM DA LEI ANTIGREVE, PELO DIREITO DE LIVRE MANIFESTAÇÃO E FIM DOS PROCESSOS CONTRA OS LUTADORES. É hora de acabar com a INDÚSTRIA DAS MULTAS AOS SINDICATOS QUE DIRIGEM A GREVE.

Com essas reivindicações, a classe operária deve apoiar e se unir ao movimento dos sem-terra, dos sem-teto e dos povos indígenas. Sobre eles pesa dura repressão. Recentemente, a reintegração de posse e o assassinato do índio terena pela polícia mostraram que a Justiça e os governos estão a serviço dos latifundiários e da poderosa agroindústria. Cabe ao movimento operário levantar a bandeira de FIM DAS REINTEGRAÇÕES DE POSSE, FIM DOS ASSASSINATOS DE CAMPONESES E ÍNDIOS E ATENDIMENTO DE SUAS REIVINDICAÇÕES.

QUE A CLASSE OPERÁRIA TOME A FRENTE DAS LUTAS DE MASSA!

QUE OS SINDICATOS E CENTRAIS SE UNAM EM UMA FRENTE ÚNICA DE LUTA POR UM PROGRAMA DE REIVINDICAÇÕES!

Nova etapa da crise política

O esgotamento da ditadura militar nos anos 80 abriu uma crise política. Os partidos da burguesia recorreram à classe média para encurralar o governo do general João Batista Figueiredo e impor a transição negociada. A volta das eleições diretas para todos os cargos executivos e da livre organização de partidos e o retorno de liberdades sindicais elementares expressaram uma nova etapa política.

As greves metalúrgicas do ABC paulista evidenciaram a desconformidade do regime militar. O antigo MDB preparou o caminho para uma solução burguesa. A classe média descontente e o proletariado cansado de suportar a política econômica da ditadura tinham de ser canalizados para o regime democrático. A ditadura não podia ser derrubada pelas massas, mas removida por um acordo de cúpula. O imperialismo estava de pleno acordo com essa via.

O Congresso da ditadura ainda teve capacidade de votar contra a Emenda Dante de Oliveira, que restituía as eleições diretas. Enterrava-se o movimento das Diretas Já! No entanto, se estabelecia um acordo de transição pelo Colégio Eleitoral. As instituições da ditadura seriam paulatinamente modificadas e adaptadas.

Por cinco anos, o País esteve sob um governo indicado pelo Colégio Eleitoral em 1985. O primeiro presidente eleito, em 1989, Fernando Collor de Mello, foi removido em 1992, sob um processo de afastamento por corrupção. Sarney e Collor não conseguiram estabilizar o recém estabelecido regime democrático. Estiveram sob intensa pressão da crise econômica, que se iniciou em meados dos anos 70, sob o governo do general Ernesto Geisel. O longo período de crise no Brasil se devia à mudança da situação mundial.

Ao governo de Fernando H. Cardoso (1995 a 2003), coube a tarefa de equilibrar as forças burguesas no Estado e conter o movimento operário e popular. Apoiado no imperialismo, o governo do PSDB elaborou um Plano de Estabilização Econômica, cujos fundamentos baseados na abertura econômica e nas privatizações haviam sido lançados por Collor.

FHC teve de colocar tanques nas entradas das refinarias para enfrentar a poderosa greve dos petroleiros. Mas a sua derrota não se deveu à repressão, mas à ordem dada à CUT por Lula de acabar com o movimento. A greve geral petroleira foi sacrificada de acordo com os cálculos eleitorais do caudilho e do PT. O MST, por sua vez, se projetou devido à enormidade do desemprego. Mas ficou isolado e foi cercado em seu corporativismo.

A burguesia unida em torno do Plano do PSDB, coligada com o PMDB e PFL (hoje, DEM), e a ordem de Lula de disciplinar as lutas, canalizando-as para as disputas eleitorais, criaram as condições para o estancamento da crise do regime político.

Finalmente, as medidas antipopulares e antinacionais do governo peessedebista, bem como a situação de pobreza e miséria das massas, impossibilitaram a continuidade da aliança burguesa, que se formou em torno de FHC. O PT e o seu caudilho, com suas traições à classe operária, estavam autorizados a constituir um novo governo, dito “democrático e popular” (consigna que vem do estalinismo).

A economia mundial saía de sua longa letargia. Embo-

ra Lula tenha dado continuidade à política econômica do PSDB e a economia estivesse em franca recuperação, em 2005, explodiu a crise do mensalão. O DEM chegou a pleitear o afastamento de Lula, como ocorreu com Collor. Evidenciou-se a fragilidade da estabilidade do regime político. A reeleição de Lula, porém, colocou limites aos ataques do PSDB/DEM.

A eclosão da crise mundial em 2008 modificou a situação. A candidata Dilma Rousseff foi eleita, em 2010, com grande dificuldade. A ampla aliança (sem limites) que sustenta o governo petista se mostrou frágil diante do abismo aberto pela desintegração do capitalismo mundial. As mais poderosas frações do grande capital têm se valido do enfraquecimento da centralização do Executivo para avançar em seus pleitos.

Dilma Rousseff não controla os aliados, que por pouca coisa a traem descaradamente. Sua inclinação para a direita, na realidade, não lhe imputa qualidade própria, segue a tendência de Lula em se adaptar ao grande capital. Mas aparece como direitista e incapaz.

A gigantesca mobilização de junho, encabeçada pela juventude e por setores da pequena-burguesia que passaram a rechaçar o governo petista, colocaram à luz do dia o descontentamento das massas. Certamente, as ruas ocupadas pela multidão se voltaram contra todos os governos. O PSDB foi duramente atingido em São Paulo e Belo Horizonte. As massas saíram em luta contra tudo e todos. Mas acabaram se concentrando, finalmente, no governo de Dilma.

A resposta de Dilma consiste em estabelecer um pacto em torno da reforma política. Foi rechaçada pela oposição. E em suas bases não há unidade para canalizar o descontentamento das massas. Para isso, foi tirada do chapéu a proposta de uma Constituinte exclusiva. Imediatamente, rechaçada. Sobrou a ideia de um plebiscito, que tudo indica está descartada.

A articulação pela Força Sindical de uma manifestação no dia 11/7 (a CUT boicotará) revela o processo de desagregação das forças que convergiram para o governo de Lula e que começam a se bandear para a oposição. As massas nas ruas, assim, marcam uma nova situação da crise política. Em sua base, está a mudança no ânimo dos explorados e na luta de classes.

As dificuldades da indústria em evitar a recessão permanecem e se agravam. A próxima fase da crise econômica resultará em demissões em massa. Os desequilíbrios dos fatores econômicos obrigarão o governo atacar a vida dos trabalhadores (fim da recuperação do poder de compra do salário mínimo, ataque à previdência, confisco salarial via inflação, etc.) Essa via não ficará sem resposta dos explorados. É o que assinalou a mobilização de junho.

O problema fundamental está em que a falta do partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado dificulta a reorganização dos explorados sobre o terreno da independência política diante da burguesia e de seu Estado. Trata-se de trabalhar a fundo com as reivindicações de transição, que de fato defendem a vida da maioria oprimida e que a oponha à classe capitalista.

Burocracias sindicais fazem pressão sobre o governo Dilma

As Centrais sindicais anunciaram a manifestação com paralisação (onde for possível) para o dia 11 de julho. A CUT que apoia mais diretamente o governo foi obrigada a engrossar o chamado da Força Sindical e suas congêneres. Tudo indica que haverá, em São Paulo, o protesto de uma parcela da classe operária, controlada pelas direções burocratizadas. Objetiva, assim, forçar o governo a abrir o “diálogo” com as Centrais e desenterrar a chamada “pauta trabalhista”, que foi entregue há dois anos.

O que levou a Força Sindical sair às ruas?

A Força Sindical, no último período, tem procurado se diferenciar do governo do PT. Procurou aproximação com a oposição burguesa, particularmente com o PSDB. Reclama da conduta de Dilma Rousseff em relação aos dirigentes sindicais e elogia Lula por estar sempre pronto em receber os sindicalistas. E enalteceu o gesto de Lula em legalizar as Centrais. No documento do 7º Congresso da Força Sindical, que se realizará no final de julho, há um balanço do governo Dilma, apontando o seu descaso para com as reclamações e projetos encaminhados pela Central. Eis os pontos fundamentais:

- 1) “Desde 2011, com a realização do seminário Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego, a Força Sindical, a CUT e a Fiesp têm atuado no sentido de construir consensos em torno de temas relacionados à política de desenvolvimento e política industrial”;
- 2) “As medidas de incentivo aprovadas pelo governo não têm surtido o efeito esperado...Em 2012, a produção industrial retraiu 2,7%, e nada indica que irá recuperar em 2013”;
- 3) “É interesse dos trabalhadores que o País conclua a transição para uma nova política econômica orientada ao desenvolvimento, tarefa obstaculizada pela oposição do rentismo e do financismo”;
- 4) “É vital desmobilizar o circuito da especulação financeira, incentivar a poupança interna e reduzir as provisões para o pagamento da dívida pública, o que implica em reduzir as metas do superávit primário”.

Diante dessas considerações, reafirma:

- 1) “A reforma tributária orientada à promoção do crescimento e distribuição da renda”;
- 2) “As políticas fiscal e monetária devem estar subordinadas ao objetivo do pleno emprego”;
- 3) “Democratizar o Conselho Monetário e o Comitê de Política Monetária”.

No balanço dos governos Lula e Dilma, aponta:

- 1) “Nos dois mandatos do presidente Lula, impulsionou-se de forma apropriada e consistente o diálogo social no âmbito das relações de trabalho”;
- 2) “Com a presidente Dilma, não foram dados passos significativos no sentido da ampliação do diálogo social com o movimento sindical”.
- 3) “Há tempos temos exigido transparência e a inclusão de cláusulas sociais e trabalhistas nos empréstimos do BNDES, nos contratos da Petrobrás e nas demais ações governamentais como no PAC”.

Propostas da Força Sindical:

- 1) “mais participação social nas instâncias de decisão de polí-

ticas públicas. Promover o diálogo social”.

Sobre o Ministério do Trabalho (MTE)

Nesse ponto, a Força Sindical descarrega a crítica sobre o governo. Diz que o Ministério do Trabalho e Emprego vem sendo “sucateado”. O Conselho do Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT) perdeu o poder de determinar seu orçamento, se submetendo ao Ministério do Planejamento. O MTE teve pouca participação na formulação do Pronatec (ensino técnico), submetido ao Ministério da Educação. Tentativa de transferência do registro sindical do setor público e a regulamentação da Convenção 151 para o Ministério do Planejamento. A coordenação da Mesa Nacional da Construção ficou nas mãos da Secretaria Geral da Presidência da República.

Propostas da Força Sindical

- 1) “O MTE deve ser fortalecido do ponto de vista orçamentário e institucional”;
- 2) “Fortalecimento do Conselho de Relações do Trabalho e das Câmaras Bipartites”.

Em relação ao direito de greve e a chamada ação antissindical, diz:

- 1) “A ação antissindical mais grave é a que visa ao corte das suas fontes de financiamento. A Súmula 666 e do Precedente 119 pelo TST (se refere à Contribuição Assistencial) é devida apenas para os filiados e não alcança os não sindicalizados”.
- 2) “interferência abusiva e ilegal do Judiciário na administração das entidades sindicais e em seus processos eleitorais. Há uma judicialização dos conflitos trabalhistas. Interferência de setores do Ministério Público e do Judiciário contra o direito de greve, sustentação financeira dos sindicatos e interferência nas eleições sindicais”.

Propostas da Força Sindical

“Revogação da Súmula 666 e do Precedente 119. Regularizar a Contribuição Confederativa, prevista na Constituição, seja na elaboração de uma nova lei de financiamento sindical que institua a Contribuição Negocial em substituição às atuais Contribuições Sindical, Assistencial e Confederativa”.

Sobre a “pauta trabalhista”

A Força Sindical enfatiza a “Agenda da Conclat de 2012, que consta das seguintes reivindicações: jornada de 40 horas semanais, fim do fator previdenciário, correção da tabela do Imposto de Renda retido na fonte, ratificação das Convenções 158 (demissão por justa causa) e regulamentação da Convenção 151 (negociação coletiva do setor público), regulamentação da terceirização e reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.

Esses pontos que serão debatidos no 7º Congresso indicam que a Força Sindical se colocou no campo da oposição ao governo Dilma, embora o PDT continue no Ministério do Trabalho. O burocrata Paulo Pereira da Silva se ressentido de perder

o espaço que lhe foi concedido por Lula no aparato do Estado. A sua sobrevivência como chefe sindical depende das relações construídas no seio da política burguesa. Está aí por que o “sucateamento” do Ministério do Trabalho lhe é prejudicial. Os burocratas não arrancam força política da classe operária, ou seja, da luta de classes, mas das pequenas vantagens que o Estado oferece, ou seja, da conciliação de classes.

A Força Sindical está zangada com o governo de Dilma Rousseff e com o Judiciário não porque atacam a vida da classe operária e restringem seus direitos políticos e sindicais, mas sim porque limitam a capacidade da burocracia de fortalecer os aparatos sindicais. É o caso da Súmula 666 e do Precedente 119, que restringe o recolhimento da taxa assistencial aos filiados. Tem razão a Força Sindical quando diz que há uma “judicialização dos conflitos trabalhistas”. No entanto, não levanta as bandeiras da classe operária contra a intervenção do Estado nos sindicatos. Lembremos que, na recente greve de Belo Monte, a Força Sindical se valeu da ação da Justiça e da Força Nacional de Segurança (criada por Lula) para reprimir os operários. O que a Força Sindical não quer é que o Estado interfira nas disputas travadas entre as camarilhas sindicais e no financiamento compulsório aos operários.

Resposta dos médicos ao Ministério da Saúde

Onde reside a essência do problema?

O Conselho Federal de Medicina encabeçou um movimento dos médicos contra a decisão do ministro Padilha de contratar provisoriamente médicos estrangeiros para preencher centenas de vagas em vários estados. A ideia original era de trazer médicos de Cuba. Armou-se um alvoroço contra os cubanos. O governo ampliou a decisão para vários países. Armou-se um alvoroço contra o médico estrangeiro.

A posição do Conselho é a de que os profissionais somente poderão ser contratados caso façam a prova Revalida. A exigência, segundo o Conselho, é necessária para comprovar a competência dos médicos estrangeiros. O mesmo se passa em outros países. A constatação é de que as universidades de medicina colocam no mercado médicos sem competência. O impressionante é como a formação dos cubanos foi execrada. Entrou no conflito a visão ideológica da casta médica contra o comunismo, embora Cuba não tenha alcançado tal transformação (e nem poderia, isoladamente). A impugnação ideológica, no entanto, não passou de uma máscara do conflito.

Objetivamente, faltam médicos em número expressivo, como demonstra o Ministério da Saúde. O Conselho contesta. Diz que há médicos brasileiros suficientemente. O que falta é um plano de carreira, um salário à altura e condições hospitalares. É sintomático, no entanto, que o Conselho e os sindicatos médicos nunca promoveram um movimento nacional de defesa das condições da saúde pública. Agora, aproveitaram a onda de junho para lutar contra a vinda de médicos estrangeiros, mesmo depois de o governo garantir que era provisório.

A população pobre que vive o drama da precária saúde apóia o preenchimento de vagas. É melhor um médico estrangeiro mal formado do que nenhum – assim raciocina quem não tem nada. E está certo.

Os trabalhadores e a população, sem dúvida, apoiariam um movimento pela saúde pública. Uma das bandeiras que

Ao contrário, trata-se de defender o fim da arbitragem obrigatória do Ministério do Trabalho e da Justiça sobre os sindicatos e as greves; revogação da legislação que viola o direito de greve; extinção do imposto sindical e taxas compulsórias; estabelecimento da democracia operária, como condição estatutária. Esses são alguns pontos necessários para tornar os sindicatos independentes do Estado e da burguesia e instrumentos de defesa dos assalariados.

Quanto à agenda da Conclat 2012, patrocinada pela Força Sindical, CUT e outras centrais, se procura obter algumas migalhas, como a jornada de 40 horas semanais, fim do fator previdenciário, correção da tabela do imposto de renda, regulamentação da terceirização, etc. para mostrar serviço à classe operária extremamente explorada e empobrecida. Não se trata de regulamentar a terceirização e sim efetivar os terceirizados. A redução da jornada de 44 para 40 horas semanais não garante emprego. A burocracia há muito abriu mão da reivindicação da estabilidade e passou a colaborar com as demissões, admitindo os PDVs, lay-off, etc.

É necessário, portanto, travar o combate à política fraudulenta dos burocratas. A tarefa é constituir a fração revolucionária do proletariado nos sindicatos.

coalharam as ruas em junho foi a da saúde. Mas as massas não podem apoiar a mesquinhez, o corporativismo e a prepotência dos médicos quanto à impugnação de contratação de estrangeiros.

Há, incontestavelmente, razões suficientes para combater a política de saúde pública do governo. Não se tem verba suficiente. Desvia-se parte do orçamento da saúde. Não atende a reivindicação de plano de carreira. Não existem condições elementares para o funcionamento de hospitais e ambulatórios. Diariamente, a saúde pública é retratada com cenas de barbárie. É preciso, diante desta calamidade, lutar a ferro e fogo pela saúde popular – e esta é pública e gratuita. No entanto, não se pode deixar de ir à raiz econômica e social do problema.

A saúde pública é calamitosa porque está imersa no mar de miséria das massas. Faz parte das condições de brutal exploração do trabalho, do salário mínimo de fome e dos milhões de desempregados. A medicina sofisticada serve apenas à minoria burguesa e à abastada classe média. É uma das mercadorias mais caras do mercado. Os empresários da saúde e da indústria farmacêutica obtêm altos lucros. A mercantilização encarece a saúde pública.

De acordo com o funcionamento do capitalismo, os governos não podem despender grandes somas exigidas. Nota-se que o custo para formar um médico é grande, em grande parte devido à privatização do ensino. Como se vê, é preciso buscar as causas de fundo que explicam o frangalho da medicina popular e o brilho da medicina burguesa.

Em toda esfera social, as condições de classe se expressam. Na saúde, se expressa na barbárie que tomou conta dos hospitais.

Os médicos raciocinam e agem de acordo com sua condição de pequenos proprietários (o conhecimento científico e técnico). Não pensam nas condições de vida das massas. Está aí por

que se agem como uma casta pequeno-burguesa, cujo compromisso se resume o quanto deve ganhar e o quanto tem a perder caso percam a reserva de mercado.

É preciso formar uma fração revolucionária em seu interior para defender em seu seio posições do proletariado. Os estudantes de medicina que não se acomodaram ao reacionarismo da casta médica rica podem despertar para a consciência revolucionária. É com o programa classista que se furará o bloqueio da fração conservadora.

A proposta do governo Dilma de importar médicos mostra

a incapacidade da burguesia em resolver as profundas contradições sociais e a precariedade do sistema público (SUS). O objetivo da classe operária para a saúde pública não é de exigir do governo melhorias a conta-gotas e remendos. O ponto de partida do seu programa para a saúde está na **ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA PRIVADO DA SAÚDE** e **ESTABELECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO, PÚBLICO E GRATUITO**. Essa tarefa condiciona e impulsiona as reivindicações parciais de ampliação da rede hospitalar, aparelhamento e condições de trabalho (médicos, enfermeiros, funcionários).

Aos trabalhadores e à juventude

As massas nas ruas estão avançando em suas reivindicações

Levantemos as bandeiras de SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE, EMPREGO A TODOS POR MEIO DA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA PRIVADO DE TRANSPORTE, SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS E GRATUITAS, SOB O CONTROLE OPERÁRIO-POPULAR, FIM DOS DESPEJOS DE SEM-TETO E SEM-TERRA DAS ÁREAS OCUPADAS, CUMPRIMENTO DAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS DOS POVOS INDÍGENAS, PUNIÇÃO AOS ASSASSINOS DE CAMPONESES E ÍNDIOS, FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL, FIM DAS CHACINAS, APURAÇÃO E PUNIÇÃO DOS CRIMES DA BURGUESIA POR MEIO DE UM TRIBUNAL POPULAR, DESMANTELAMENTO IMEDIATO DA POLÍCIA MILITAR.

Trabalhadores e juventude oprimida, não vamos aceitar as respostas demagógicas dos governos. Não vamos colocar nossa luta nas mãos dos bandidos da burguesia.

1. As massas nas ruas há quase um mês impuseram aos governos a revogação dos aumentos das tarifas dos transportes públicos. Obrigaram a presidência da República, governadores e prefeitos a prometerem mudanças. No Senado, foi anunciada a adoção da tarifa zero para estudantes, a depender dos royalties do petróleo. A presidente da República lançou a proposta de um plebiscito para “reforma política”. Em São Paulo, Haddad decidiu mexer na licitação do sistema privado de transporte e seus porta-vozes chegaram a falar em estatização. E Alckmin se reuniu com representantes do movimento dos sem-teto para oferecer migalhas. Com se vê, o movimento está diante de manobras de todo tipo lançadas pelos governos para acabar com a luta.
2. O MPL decidiu não mais convocar a juventude e a população, mas os explorados continuaram ocupando ruas, avenidas e rodovias. Todos os problemas que afligem a população brotaram nas manifestações. Os pobres se deparam diariamente com a saúde, moradia, educação, transporte, saneamento, discriminações, violência policial, etc. Os sem-terra lutam há anos pela “reforma agrária” e pagam com violentas reintegrações de posse. Os sem-teto são ameaça-

27 de junho de 2013

- dos diariamente pelos despejos. Os indígenas aguardam há 25 anos o cumprimento da Constituição. Nada desses grandes problemas são resolvidos. Vão se acumulando e se agravando. A burguesia e seus governos não têm outra solução senão enganar com promessas, com o palavreado de cidadania e inclusão social. Quando não funciona a mentira, respondem com a sanguinária polícia. Esses são os motivos que, combinados, levaram à inesperada explosão popular.
3. A imprensa procurou canalizar as manifestações para o beco sem-saída da corrupção. O objetivo era evitar que as massas se unissem em torno de reivindicações econômicas e políticas nascidas de suas necessidades. Os porta-vozes da burguesia e de setores partidários que se preparam para as eleições de 2014 pressionaram e continuam a pressionar os explorados a se afastarem de suas bandeiras e empunharem as bandeiras dos exploradores. Estão elogiando as manifestações pacíficas que servem à disputa eleitoral e às brigas internas pelos cargos e poderes do Estado. Foi o caso da PEC-37. Nada irá mudar para os pobres com a sua reprovação. Não se muda um pinga se se prender esse ou aquele político. A corrupção continuará viva, e os explorados arcando com a brutal exploração do trabalho. Para acabar com a corrupção é preciso acabar com o poder

econômico da burguesia. É preciso a revolução proletária, socialista. Os explorados irão, sim, enfrentar a corrupção dos partidos patronais, da vasta burocracia estatal e dos empresários partindo das reivindicações mais sentidas e da política proletária. Devemos rechaçar as pressões para que coloquemos nas mãos da burguesia e de seus partidos a correção de suas instituições apodrecidas (Congresso Nacional, Judiciário, Polícia e Executivo).

4. As manifestações, agora, nas capitais que conquistaram a revogação das tarifas, estão direcionadas aos jogos da Copa das Confederações. Está ficando cada vez mais claro para os explorados o quanto e como os governos usam o dinheiro para atender aos interesses da classe capitalista. Mas quando se trata da saúde, educação, transporte, etc. públicos, a resposta é que faltam recursos. O governo federal (PT), acompanhado dos estaduais de todos os partidos (PSDB, PMDB, etc.), gastará uma fortuna. Os confiscos de moradores e pequenos comerciantes para construir os estádios mostra bem como apenas a grande propriedade capitalista está protegida. Os gigantes e luxuosos estádios, por outro lado, contrastam com o crescente número de favelas. Lembremos quantos soterramentos de famílias ocorrem nos períodos de intensas chuvas. A burguesia somente tem dinheiro para fazer crescer seu capital. Para os explorados, impõe as condições de vida miserável. Está aí por que a classe operária, os demais explorados e a juventude para se defenderem necessitam lutar sob um programa de reivindicações claras e dirigidas contra a burguesia e seus governos. **DENUNCIAMOS O DESPERDÍCIO DE RECURSOS CANALIZADOS PARA AS COPAS E EXIGIMOS QUE O GOVERNO APRESENTE UM PLANO DE CONSTRUÇÃO DE HOSPITAIS APLICANDO IMEDIATAMENTE O MESMO MONTANTE DESPENDIDO NA COPA. QUE UM COMITÊ OPERÁRIO E POPULAR ELEITO EM ASSEMBLEIAS POPULARES SE ECARRIGUE DE CUMPRIR O PLANO.**
5. As centrais sindicais também se reuniram com Dilma Rousseff. Marcaram uma manifestação unitária para o dia 11 de julho. É preciso, então, que as fábricas sejam convocadas. A saída da classe operária às ruas fortalecerá o movimento. **QUE AS CENTRAIS CONVOQUEM A PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES. QUE TODOS SAIAM ÀS RUAS.** As reivindicações devem ser objetivas: **SALÁRIO MÍNIMO VITAL DE 4 mil reais, que cubra a necessidade da família operária. ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE, que garanta o valor dos salários diante da inflação e da alta do custo de vida. ESCALA MÓVEL DE EMPREGO, que dividindo as horas nacionais trabalhadas dará emprego a todos.** Essas reivindicações devem unificar o movimento pela defesa dos salários e dos empregos. Sabemos que nenhuma família sobrevive com o salário mínimo de R\$ 678,00. Sabemos que o desemprego e o subemprego continuam altos. Sabemos que a crise começou a destruir postos de trabalho na indústria. E sabemos que os problemas da saúde, educação e transporte nascem da exploração do trabalho e da concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas. **QUE AS CENTRAIS ENTÃO LEVEM A SÉRIO A MANIFESTAÇÃO DO DIA 11 DE JULHO E CONVOQUEM A GREVE.**



6. Os trabalhadores e a juventude pobre têm muito a ganhar se não se confundirem com a política burguesa. Para isso, temos de levantar nossas bandeiras políticas. A fundamental da situação é a de **DESMANTELAMENTO DA POLÍCIA MILITAR E DE SUA TROPA DE CHOQUE.** Enfrentamos nas ruas uma força armada que nos atacou com bombas de gás, balas de borracha e golpes da cavalaria. Esse aparato é especializado em combater as greves, ocupações e manifestações coletivas. Os policiais atiraram no rosto dos manifestantes e inclusive de jornalistas. O objetivo era o de cegar. Nas ruas, a democracia burguesa desapareceu e em seu lugar apareceu o Estado policial. O capitalismo é um sistema econômico-social esgotado. Em sua decomposição, torna-se mais e mais bárbaro. A classe operária e os trabalhadores devem ter claro que não enfrentam uma democracia bondosa, mas sim um Estado policial. A chacina no Complexo da Maré bem no momento das manifestações foi um alerta dos reacionários. A matança nos bairros pobres e nas favelas se tornou cotidiana e normal. A pobreza e a opressão policial explicam por que em todas as manifestações compareceu um batalhão de jovens destemidos que enfrentaram a Tropa de Choque e foram arrasando tudo pela frente. Os tais “vândalos” não são senão parte da juventude extremamente oprimida que viram a possibilidade de externar socialmente seus ódios. Temos a obrigação de levantar a bandeira política: **NENHUMA PRISÃO, NENHUM PROCESSO CONTRA OS MANIFESTANTES, LIBERDADE AOS PRESOS POLÍTICOS, FIM DE TODOS OS PROCESSOS POLÍTICOS EM ANDAMENTO!**
7. É preciso organizar o movimento. As redes sociais serviram para as convocações e continuarão servindo. Mas o movimento não se sustenta em redes sociais. É passada a hora de organizar a luta de massa em organismos de base. Trata-se dos sindicatos, associações, centrais, entidades estudantis, movimentos populares e movimento camponês convocarem as assembleias. Está colocada a formação de **ASSEMBLEIAS POPULARES.** É por meio de organização própria que a grandiosa luta das massas se fortalecerá e se potencializará diante do Estado e da burguesia.

VIVA A AUTODETERMINAÇÃO DAS MASSAS NAS RUAS!
QUE OS GOVERNOS ATENDAM AS REIVINDICAÇÕES!
ORGANIZAR O MOVIMENTO SOBRE A BASE
DAS ASSEMBLEIAS POPULARES, SINDICAIS E
ESTUDANTIS!

Avançar com a organização nos bairros e com a bandeira da estatização do transporte coletivo

As manifestações nacionais pela redução da tarifa impulsionaram a criação de uma frente de luta em Campina Grande. Tudo começou de pernas para o ar. Uma convocatória no facebook com mais de 15 mil confirmados e a necessidade de criar uma pauta a posteriori. Apesar do artificialismo inicial, o movimento se centrou nas bandeiras de passe livre para estudantes e desempregados, redução da tarifa além dos 10 centavos já concedidos pelo prefeito, revogação da gestão pactuada que aprofunda a privatização da saúde e o combate à criminalização das lutas sociais, com exigência de liberdade aos presos políticos e fim dos processos.

O movimento já não tem a gigantesca heterogeneidade inicial, pois o setor mais nacionalista que repercutia o discurso da mídia burguesa já se cansou e ficou em casa. Na frente estão atuando PT, PCdoB, PSol, PCR, POR, apartidários, sindicatos e outras organizações. Apesar de o PCdoB ser base do governo de Romero (PSDB), estes militantes que estão no movimento não parecem estar sendo centralizados pela política estalinista. Reforçam o chamado à ação direta e se submetem à democracia do movimento. Uma ala estudantil do partido continua participando mas sem muito empenho. Quanto ao PT, o militante que participa traz a política petista de alertar para um provável golpe o que justificaria a unidade de todos, sem distinções. Nós do POR defendemos a independência de classe dos trabalhadores e juventude, o que significa nenhuma confiança nos partidos burgueses e total independência perante a política governista do PT e PCdoB.

Instalou-se um funcionamento democrático, com plenárias convocadas abertamente e deliberações coletivas. No dia 28 de junho foi realizada uma Assembleia Geral de Campina Grande, para rediscussão das bandeiras de luta. A assembleia não atraiu a juventude pobre e os trabalhadores, ficando ainda restrita à vanguarda que participa das plenárias.

A Corrente Proletária Estudantil/POR montou uma banca com materiais e distribuiu um manifesto próprio (abaixo), com a defesa da incorporação das bandeiras de estatização do Sistema de transporte coletivo, sem indenização, sob controle coletivo dos trabalhadores e do salário mínimo vital. O salário mínimo vital ficou de fora da votação, pois deliberou-se restringir a dis-

cussão ao detalhamento da pauta existente. A bandeira de estatização foi aprovada, na forma como propusemos, mas sem que se incorpore na pauta local, ficando como uma defesa a ser debatida posteriormente em outros fóruns. Isto revela que esta vanguarda se ilude com a possibilidade de pequenas conquistas e que não adota uma perspectiva de combate ao capitalismo. Chama a atenção a postura hipócrita de alguns docentes universitários que alegavam defender a expropriação dos meios de produção em geral, mas votaram contra a bandeira concreta. Ou seja, a bandeira foi incorporada, mas de forma envergonhada. É necessário explicá-la e massificá-la, pois é uma bandeira de transição que nos permite apontar que as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e juventude estão em choque com a propriedade privada capitalista. Coerente com as ilusões democráticas e com a perspectiva eleitoral, o PCR propôs que o movimento defendesse uma CPI do transporte. Opusemo-nos, pois as CPIs são encenações em que vereadores metidos até o fundo na lama da roubalheira que caracteriza o Estado burguês fazem de conta que investigam seus colegas. A proposta foi aprovada com o adendo inócuo de que será uma CPI com participação popular. Alertamos para o perigo da institucionalização e canalização para o parlamento e disputas interburguesas.

No dia 26 de junho, houve uma marcha contundente pela cidade e ocupação do gabinete da prefeitura. O prefeito Romero, do PSDB, foi até lá e prometeu uma audiência para 3 de julho. Nesta data, uma nova manifestação resultou na ocupação da prefeitura até que houvesse uma resposta, já que o prefeito alegando a morte de um parente não apareceu. Uma nova audiência, para o dia 5 foi confirmada. O desafio é não cair na armadilha da canalização do movimento para o parlamento ou comissões de estudos e negociação inócuas com a prefeitura.

Ao mesmo tempo, surgem iniciativas importantes de realizar convocatórias e atividades nos bairros, o que poder trazer mudanças para o movimento, ao incorporar a juventude pobre e os trabalhadores. Continuamos nos empenhando para que o movimento se politize e avance na defesa de uma política proletária que expresse as reivindicações mais sentidas da juventude e dos trabalhadores e faça a ponte com a necessidade de sepultar o capitalismo pela via da revolução socialista.

Contribuições à Assembleia Geral de Campina Grande

Incorporar à pauta a defesa da estatização do transporte coletivo, sob controle dos trabalhadores e do salário mínimo vital!

No dia 20 de junho, Campina Grande teve suas ruas preenchidas por 20 mil pessoas. O comércio no centro fechou durante a tarde. As empresas de transporte reduziram a frota, a integração ficou fechada por algumas horas. A composição he-

terogênea misturou reivindicações da juventude e dos trabalhadores, com bandeiras burguesas de redução da maioria penal ou ilusões de que é possível um capitalismo sem corrupção, o que só serve para trocar uma quadilha no comando

do Estado, por outra, preservando os interesses de banqueiros, latifundiários e capitalistas em geral. Mais do que isso, houve elementos antidemocráticos na condução da manifestação, sendo o mais grave a colaboração com a polícia e a incorporação da campanha midiática contra os “vândalos”. Os atos descentralizados mostraram a disposição de luta da juventude, mas tiveram o limite da falta de organização coletiva, levando a um progressivo esvaziamento.

O segundo ato unificado corrigiu estes problemas, foi planejado em plenárias amplamente divulgadas, radicalizou-se, mesmo com menos pessoas (um ápice de 800 manifestantes) parou o comércio na região central, ocupou a integração e concluiu com a ocupação da sede do gabinete do prefeito, obrigando Romero (PSDB) a ir até lá. O prefeito só enrolou e comprometeu-se a marcar uma audiência para dia 3 de julho, às 14h. Foi hostilizado com questionamentos e palavras de ordem.

Agora é hora de avançar. A pauta definida nas plenárias permite iniciarmos uma luta unitária pelo passe livre, redução da tarifa, fim da dupla função de motorista/cobrador, readmissão dos demitidos, contra a gestão pactuada (pela qual Romero quer entregar os serviços públicos, sobretudo a saúde, para serem geridos por empresas privadas). Mais do que isso, há um ponto unitário importante que faz parte de uma luta geral pelas liberdades democráticas de manifestação, expressão e organização. Foram mais de 600 presos no país nestas jornadas de luta em junho, cerca de 100 permanecem presos, a cada manifestação aumentam estes números. Os processos judiciais continuam restringindo a liberdade dos que já saíram das cadeias. Um projeto de lei tramita no Congresso Nacional para considerar protestos durante a Copa como atos de terrorismo, com penas de prisão de 15 a 30 anos. As greves já restritas pela judicialização e multas seriam proibidas no período. Junto a este contexto ainda temos o assassinato de lideranças camponesas e indígenas. É preciso dar um basta e defender o direito irrestrito de greve e manifestação.

Nós, da Corrente Proletária Estudantil/POR defendemos que é preciso fortalecer a organização independente de trabalhadores e juventude, com uma perspectiva classista. Isto significa total independência política perante os partidos burgueses, assim como dos pró-burgueses, governistas, como o PT e PCdoB. Isto se faz com a defesa de um programa proletário para o movimento e não com a tese despolitizante do apartidarismo. É preciso estar alerta para a tentativa de jogar o movimento para os canais parlamentares. A conquista das reivindicações depende da nossa luta e não do alinhamento a vereador x ou y. Por meio das ações nas ruas conseguiremos impor a aprovação das leis que correspondem às reivindicações.

Independência de classe pressupõe também não se misturar com o nacionalismo burguês, que apresenta uma nação sem divisões sob o manto da bandeira verde e amarela. Nada mais falso: este país está dividido entre exploradores x explorados, opressores x oprimidos, patrões x trabalhadores, latifundiários x camponeses pobres e indígenas. Quem se diz neutro, está do lado da classe dominante. Por isso, propomos que o movimen-

to adote a bandeira da estatização do transporte coletivo, sem indenização, sob controle dos trabalhadores. Nossos direitos estão em choque com o direito à propriedade privada e ao lucro de meia dúzia de parasitas. Da mesma forma, propomos combater a privatização da saúde com a defesa do fim do sistema privado via estatização, só assim se combate a política de mercantilização da saúde promovida pelos governos municipais, estaduais e federal.

É preciso combinar as ações de rua com atividades nos bairros e trazer para a luta a juventude pobre e os trabalhadores, com um programa que defenda suas condições de vida. Que questione o salário mínimo de fome, que condena milhões de brasileiros a uma vida de miséria. Sabemos que nossas reivindicações, em última instância, estão em choque com o próprio sistema capitalista, por isso defendemos o fim deste regime de exploração.

Nossas propostas para serem votadas na assembleia e incorporadas na pauta de reivindicações:

1) Estatização do sistema de transporte coletivo, sem indenização, sob controle dos trabalhadores.

Sempre que defendemos o passe livre ou redução da tarifa, questionam: de onde deverá sair o dinheiro? Não deve sair do bolso dos trabalhadores do transporte (com salários arcaicos) e muito menos dos trabalhadores que usam o sistema de transporte. Tampouco deve sair de isenções de impostos. O dinheiro deve sair do lucro das empresas. Para isso é preciso retirá-las do sistema e estatizá-lo. Não deve ser paga nenhuma indenização. Esta frota, sucateada, já foi paga muitas vezes, pois o valor da tarifa inclui o abatimento do veículo (com a idade destes, com certeza os usuários já pagaram muito mais do que seu valor real). O prédio da integração é público. Ou seja, é preciso expropriar as empresas. Mesmo o que é “público” no capitalismo, corresponde aos interesses da burguesia. São inúmeras as denúncias no país que mostram que as máfias do transporte alimentam caixa 2, financiam campanhas e até pagam mesadas a políticos (tudo isso está embutido na tarifa). Por isso, defendemos o controle coletivo por parte dos trabalhadores. São eles que fazem o sistema funcionar. São os trabalhadores que usam o transporte que sabem onde é necessário mais linhas, mais horários, quais os trajetos necessários, etc.

2) Salário Mínimo Vital

Se lutarmos só pelo passe livre e redução da tarifa, a situação de exploração dos trabalhadores não se modifica substancialmente, pois o que ele deixa de pagar no transporte, logo levará a uma redução de seu salário, nem que seja por meio da não reposição de perdas inflacionárias. Por isso, se queremos chamar os trabalhadores e juventude para o movimento é preciso ter uma bandeira que responda à pobreza e à miséria. Neste sentido, defendemos o salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores, suficiente para a manutenção de uma família de quatro pessoas. Por nossos cálculos, este valor (nacional) se aproxima de R\$4 mil.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Londrina:

Mobilizações e ataques do eleitoralismo

Refletindo a comoção nacional provocada pela repressão policial aos protestos contra o aumento da tarifa em São Paulo, Porto Alegre e Goiânia, em Londrina também ocorreram algumas manifestações na segunda quinzena de junho. Entretanto, estas não foram de início convocadas pelo Comitê pelo Passe Livre que atua há dez anos na cidade.

Uma primeira mobilização ocorreu no dia 15 de junho no centro da cidade onde o Comitê pelo Passe Livre atuou levantando a histórica bandeira de passe livre, redução da tarifa e estatização do transporte coletivo. Na sequência, dois dias depois outra gigantesca passeata foi organizada por elementos vinculados à própria prefeitura, ministério público e outros grupos de poder defendendo a derrubada da PEC 37, contra a corrupção e as mais difusas reivindicações.

Nessa manifestação a militância do Comitê pelo Passe Livre se dissolveu, mas reagiu organizando uma outra no dia 20 de junho convocada em defesa do passe livre, redução da tarifa sem subsídios, contra a criminalização e repressão dos movimentos sociais e para lembrar os dez anos da morte de Anderson Amaurílio, esmagado por um ônibus em 2003 quando se manifestava no terminal urbano contra o aumento da tarifa. Esta manifestação fez uma passeata de mais de mil pessoas até a prefeitura e se manteve coesa e organizada do começo ao fim sob as bandeiras do Comitê.

Os grupos simpatizantes do ministério público, e até do PT junto com a prefeitura, fizeram ainda uma outra grande manifestação festiva no sábado 22, da qual a coluna do Comitê participou organizadamente com bandeiras em separado, diferenciando-se da marcha festivo-nacionalista.

Balanço

As manifestações nacionalistas pelas reivindicações do ministério público e “reformas”, de iniciativa dos grupos ligados ao poder local foram claramente na onda de oposição ao governo que se desenvolveu no meio dos protestos.

Já as que levantaram as bandeiras históricas do movimento contra as tarifas não foram diretamente provocadas pela militância do Comitê, pois, desde o início do ano, em todas as atividades, debates e reuniões convocadas até as vésperas destes acontecimentos, não se havia conseguido avançar na massificação das lutas pelo transporte. Evidentemente se iniciaram como resposta à repressão, mas, agregou imediatamente uma centena de jovens. Alguns eram ex-militantes de outras lutas contra os aumentos e pelo passe livre; outros se aproximavam pela primeira vez.

Nesse tumultuado ajuntamento de vontades difusas de

Bahia

A polícia de Wagner (PT) reprime brutalmente as manifestações pelo passe livre

As plenárias, atos e manifestações do movimento pelo passe livre continuam a ocorrer em Salvador e algumas cidades do interior da Bahia. Nem a repressão brutal da polícia de Jaques

manifestação, o Comitê pelo Passe Livre sofreu o ataque do PSOL para substituir a bandeira da estatização do transporte sob controle dos trabalhadores e usuários pela de tarifa zero. Os “amigos” do MPL que sempre conspiraram contra o Comitê para submeter o movimento à perspectiva pragmático-eleitoreira dos MPL’s, aproveitaram-se da onda para introduzir uma cunha na organização local. E, nas condições de urgência pela organização prática das manifestações, tentaram fazer passar sem grandes debates esta mudança. Também postularam a defesa de reduzir a tarifa a R\$ 2,20 (quando estava a 2,35) para fazer igual o MPL fez em São Paulo e para “ter ganhos reais”. Esta corrente reformista, desde o ano passado vem organizando, à margem do Comitê, um suposto movimento estudantil londrinense mediante o qual defendem a panaceia da tarifa zero.

O resultado do combate dessa semana de intensa mobilização foi o de bloquear, provisoriamente, a introdução da tarifa zero como reivindicação do movimento. Entretanto, ficou adiada para as próximas semanas a realização de debates e estudos das duas posições – tarifa zero e estatização – para posterior deliberação acerca da incorporação ou não da tarifa zero. Outro importante resultado dos enfrentamentos ocorridos nesses dias foi a manutenção da liberdade de manifestação das correntes com suas faixas e bandeiras, liberdade questionada durante as assembleias por elementos despolitizados e até nacionalistas infiltrados que por lá apareceram.

O que ressalta dessas semanas de mobilizações foi a rapidez com que se organizaram os militantes novos e antigos em torno ao Comitê. Em resposta à diluição no meio de passeatas festivo-nacionalistas todos eles se voltaram ao Comitê e foi no âmbito do Comitê pelo Passe Livre que a organização ocorreu. Mesmo com o caráter de assembleia das reuniões, quando o PSOL tentou dar o golpe de caracterizar o espaço de organização como diferente do Comitê (maior que o Comitê), os militantes de diversas correntes reafirmaram que estavam lá convocados pelo Comitê e que deveria se manter nesse âmbito.

Ademais, o grupo ampliado que continua organizado no Comitê aprovou a continuidade da intervenção com os mesmos métodos com que se trabalha há anos: propaganda nos colégios, terminal, bairros para ampliar e massificar o movimento.

O debate sobre tarifa zero e estatização será uma excelente ocasião para denunciar o caráter reformista da tarifa zero como incapaz de levar um movimento que verdadeiramente coloque em ação as massas pelas reivindicações que se oponham aos capitalistas e governos.

num vasto setor da juventude, descontente com a política dos partidos burgueses e mesmo da esquerda reformista. As bandeiras de mais verbas para educação, moradia e saúde, além da consigna de passe livre e revogação do aumento e diminuição da tarifa se mesclavam com algumas bandeiras influenciadas pelos meios de comunicação como sobre a corrupção, PEC 37, reforma política, entre outras.

As consignas que tocam fundo à vida das massas trabalhadoras como salário mínimo vital e escala móvel de trabalho e salário, diminuição da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, estatização do sistema de transporte, sem indenização, sob controle dos trabalhadores e da população explorada tiveram muita dificuldade de serem difundidas em razão da hostilidade inicial contra os partidos de esquerda.

As manifestações massivas em todo o país acabaram demonstrando o descontentamento das massas e da juventude com o governo e as consequências da crise do capitalismo e seu impacto nas condições de vida e trabalho no Brasil. A força do movimento levaram prefeitos e governo federal a revogar os aumentos ou a diminuir os preços das tarifas em várias cidades. O governo de Dilma Rousseff (PT) também acenou com a aplicação dos recursos dos royalties do petróleo na educação (75%) e saúde (25%), a discussão de uma lei sobre a corrupção e reuniões com representantes do MPL, centrais sindicais e movimentos sociais.

No dia 22 de junho, parte dos manifestantes se concentrou na Praça do Campo Grande, dirigindo-se em passeata ao Iguatemi. Outra parte seguiu pela Bonocô também em direção ao Iguatemi, juntando-se aos que já se encontravam concentrados. A polícia de Wagner encurralou os manifestantes e desferiu uma brutal repressão, prendendo dezenas de manifestantes. No dia 27 de junho, a manifestação partiu da Praça do Campo Grande em direção à Prefeitura de Salvador. O objetivo era entregar uma Carta com as reivindicações do movimento, elaborada e aprovada em plenária. Apesar da polícia conter inicialmente o movimento próximo à Praça Castro Alves,

a manifestação seguiu até a sede da Prefeitura. No dia 30 de junho, a passeata saiu do Campo Grande em direção à Arena Fonte Nova, onde ocorria um jogo da Copa das Confederações. A polícia de Wagner montou um cordão de isolamento no perímetro exigido pela Fifa e não deixou os manifestantes passarem. O número de policiais era consideravelmente maior. Os manifestantes decidiram voltar ao Campo Grande passando pelo Hotel, onde a comitiva da Fifa e algumas seleções estão concentradas. A polícia montou um cerco e não deixou a passeata chegar ao Hotel.

No dia 02 de julho, ocorreram as comemorações do dia da independência da Bahia. Historicamente, todos os partidos e movimentos sociais participam da passeata. Tanto o movimento pelo passe livre quanto as organizações e partidos de esquerda aproveitaram a oportunidade para se manifestarem com suas reivindicações, bandeiras, cartazes, faixas e panfletos. Várias organizações de esquerda como POR, PSTU, Psol, entre outras, se fizeram presentes.

As últimas manifestações demonstram que um setor da juventude e da pequena burguesia que se fizeram presentes antes se afastou. Também se tornaram quase imperceptíveis os gritos de “sem partido” ou a hostilidade contra as organizações. As plenárias em Salvador expressam claramente a presença das organizações e partidos de esquerda e dos anarquistas. Os partidos e organizações já comparecem com suas bandeiras, faixas, cartazes e panfletos. Desde o início, o Partido Operário Revolucionário (POR) combateu o apartidarismo e os gritos de “fora partidos” e “sem partidos”. O POR compareceu às manifestações e plenárias com manifestos, panfletos, cartazes, defendendo a política revolucionária.

O momento é decisivo para o futuro do movimento pelo passe livre. É preciso incorporar os trabalhadores e movimentos sociais. Para tanto, é preciso empunhar um conjunto de reivindicações que respondam às condições de trabalho e miséria das massas e da juventude. Sem isso, o movimento perderá cada vez mais forças, limitando-se à militância de esquerda.

Rio Grande do Norte

Pau de arara: do movimento ordeiro às ações radicalizadas

O Movimento Pau de Arara surgiu em Mossoró como parte das movimentações populares que insurgiram no País. Imitando esses movimentos nacionais, surgiu ordeiro (chegando até a coibir manifestações de repúdio a repressão e ocupação da prefeitura), disciplinado, proibindo as bandeiras dos partidos com o discurso de movimento apartidário e demais preconceitos pequeno-burgueses e burgueses. A única diferença é que, ao contrário dos movimentos nacionais, é a Juventude do PT que dirige, espalha e fortalece esses preconceitos.

A primeira manifestação do movimento reuniu cerca de 300 pessoas e já foi analisada no número anterior de nosso Jornal. A segunda manifestação foi no dia 20 de junho, data do movimento nacional que conseguiu reunir 3 mil manifestantes. O movimento de discurso ordeiro e apartidário acabou por atrair os setores burgueses e fascistas da classe dominante. Devido aos incidentes em Natal e em outras localidades do Brasil, o

terceiro ato do Pau de Arara contou com a participação das lideranças sindicais e dos partidos oriundos dos trabalhadores, movimento feministas e GLBTs, determinando um caráter mais classista ao movimento. Dessa forma, afastou o “Chega Mossoró”, por exemplo, que fez um ato à parte no fim de semana anterior.

Já na terceira manifestação, o movimento demonstrou o declínio da participação popular, conseguindo reunir 200 pessoas. Mesmo com a participação das organizações dos trabalhadores, a JPT, que coordenava o ato, evitou referir-se a partidos de esquerda mesmo sendo notória a sua presença.

A quarta manifestação ocorreu na Câmara de Vereadores de Mossoró. A intenção era pressionar o parlamento para a aprovação da pauta que havia sido lhe entregue. Contra as manobras dos vereadores opostos às reivindicações dos manifestantes, a pressão popular conseguiu garantir a aprovação

de algumas medidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município (LDO). As propostas são rebaixadas, como a reivindicação da redução da passagem de 2 reais para 1,70. A pressão sobre a Câmara contou com a ocupação de cerca de 20 pessoas do prédio da Tributação Municipal.

Já nos referimos aqui ao direcionamento eleitoralista do movimento de encaminhar as demandas para a Câmara de Vereadores, submetendo à sua votação. O movimento Pau de Arara deveria utilizar o método da ação direta coletiva para conquistar as reivindicações e não se submeter à votação parlamentar. O caráter eleitoralista determina o rebaixamento das reivindicações.

A ocupação do prédio da Tributação foi uma medida correta, de ação direta, de força. Porém, é preciso refletir sobre o caráter coletivo de massa das ocupações. A iniciativa de um grupo pequeno, apesar de ser louvável, pode demonstrar uma atitude desesperada de quem percebe o declínio da participação popular no movimento. No momento em que o movimento vai perdendo a participação, em um movimento que propagandeou ao cansaço o pacifismo, as atitudes de radicalização podem soar como extemporâneas e, portanto, aventureiras.

O Partido dos Trabalhadores possui a direção dos principais sindicatos e movimentos sociais do município, como o SECOM (Sindicato dos comerciários), SINTE (Sindicato dos Educadores), Marcha Mundial das Mulheres, MST e o PCdoB está

à frente do SINTEPETRO (Sindicato dos petroleiros). Mesmo com tamanha força social, estando na direção de um movimento popular como o Pau de Arara, sua representação abdicou de organizar e lutar junto à própria base trabalhadora, ocupando a Secretaria de Tributação sem apoio de um movimento de massa. Isso mostra sua falta de interesse em organizar os trabalhadores contra a ordem opressora e sua política aventureira desesperada, radicalizando o movimento no momento em que ele começa a perder sua força massiva.

Quando a coordenação do movimento tinha a participação de um número significativo de participantes, trabalhou a ideia do pacifismo, da não violência, do respeito à ordem e disciplina burgueses. Agora que o movimento perde a participação popular, realiza ações diretas radicais com um pequeno grupo. Tais atitudes apenas demonstram que o oportunismo eleitoral e o aventureirismo são políticas que caminham de mãos dadas.

O POR tem participado do Movimento Pau de Arara com o objetivo de fazê-lo conquistar suas reivindicações, ao mesmo tempo que tenta dotar o movimento de uma direção revolucionária, temos realizado discussões com uma fração dos participantes do Movimento, construindo uma oposição crítica, levantando as bandeiras de passe livre, estatização dos transportes públicos sob controle dos trabalhadores e em defesa do salário mínimo vital.

Do boletim Luta proletária – Fortaleza/CE

Avançar e organizar a luta contra os governos para arrancar nossas reivindicações

- Revogação imediata do aumento da passagem em Fortaleza!
- Passe livre para estudantes e desempregados!
- Estatização do transporte coletivo sob controle dos trabalhadores e população pobre!

As mobilizações da juventude e de uma parcela dos trabalhadores pelas ruas e cidades do país, consequência da crise política e econômica capitalista, assustaram os governos em todas as partes. Em São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais, os governos foram obrigados a reduzir tarifas do transporte. A presidenta Dilma teve de reunir-se com os governadores e prefeitos e anunciar um PACTO com muitas promessas. Esse é o efeito das mobilizações de massa. A lição que fica é que a mudança nas condições de vida do povo pobre e juventude não virão das eleições, mas sim da ação de rua radicalizada, manifestações, bloqueios etc.

As mobilizações, porém, carecem de uma maior organização. É preciso fortalecer a ASSEMBLEIA do movimento. Criar **comitês nos bairros ou locais de trabalho**. É preciso combater a ideia falsa e despolitizada de que “ninguém nos representa” e de que o “movimento é horizontal e sem lideranças”. A continuar assim nosso movimento será derrotado. *Qualquer comissão (para negociar ou não com os governos) desde que eleita democraticamente e que preste contas com a ASSEMBLEIA do movimento nos representa sim!* Por fim, é preciso dar um foco em nossas

reivindicações e sem esquecer as demais reivindicações, exigir DE IMEDIATO a revogação do aumento da passagem de ônibus, o passe livre e a estatização do transporte.

É preciso a unidade de todos, convidar a todos os movimentos (LGBT's, indígenas etc) para a luta. Defender a presença dos partidos de esquerda é fundamental para avançar o movimento. Mas ao mesmo tempo, devemos rejeitar os partidos burgueses, partidos dos patrões e inimigos do povo como PSDB, PMDB, PSB etc. O PT e PC do B **traíram os trabalhadores** e estão compondo o governo Cid Gomes que reprime violentamente os manifestantes. É preciso denunciá-los! (A Guarda Nacional que nos reprimiu está sob controle de Dilma/PT)

Companheiros, a crise capitalista no Brasil se aprofundará ainda mais. Os governos hoje recuam para amanhã voltar a atacar mais forte. É fundamental que os operários e demais trabalhadores ingressem na luta. A paralisação convocada pelas centrais para 11 de julho é um passo importante. Exijamos que estas centrais, se são de luta, convoquem a **GREVE GERAL** em defesa do emprego a todos, salário vital (digno), moradia, saúde e educação a todos!

Rondônia

Burocracia põe fim à greve dos trabalhadores de educação do município

No dia 26/06, a burocracia do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (SINTERO) conseguiu suspender a greve, que durou 50 dias, em nome de uma miserável gratificação de 8%.

Depois de superar muitas manobras para por fim a greve, o comando ampliado organizou atividades de piquetes nas escolas e ações diretas radicalizadas, como a ocupação da Secretaria de Educação, da rodovia-BR, dentre outras.

Enquanto a base se unia em torno da realização das tarefas para fortalecer a greve, a burocracia tentou várias manobras objetivando o fim da greve. A principal delas foi a de montar um acampamento em frente da prefeitura de Porto Velho, exatamente quando se iniciou a greve dos trabalhadores estaduais da educação, dividindo ao invés de unificar a luta.

A partir do acampamento dos municipais, as assembleias passaram a acontecer divididas, uma assembleia em frente à prefeitura e outra em frente ao Palácio do governo. A burocracia do Sintero trabalhou contra o fortalecimento do movimento grevista, o que implicava a unificação dos estaduais e municipais.

A greve dos municipais teve início no dia 6 de maio e logo conseguiu a paralisação de 70% dos trabalhadores. A greve foi conduzida de forma a manter os grevistas na passividade, apesar do descontentamento geral da base que está com os salários arrochados há muitos anos, com uma enorme sobrecarga de trabalho e com péssimas condições de ensino e trabalho.

A burocracia do sindicato chegou ao ponto de permitir que o prefeito viesse à assembleia dos grevistas para justificar que não havia condições de conceder as reivindicações e que se comprometia unicamente com 6% de gratificação. Prontamente, os trabalhadores rechaçaram a velha ladainha dos politiquinhos. E se colocaram pela continuidade do movimento,

Municipais de São Paulo

Governo Haddad/PT golpeia os trabalhadores municipais com o aval da burocracia do Sinpeem

Os trabalhadores da educação do município de São Paulo protagonizaram uma greve de 22 dias, no mês de maio, por melhores condições de trabalho, reajuste salarial e contra as medidas autoritárias do governo Haddad/PT.

Haddad/PT iniciou seu mandato em 2013, vetando conquistas da classe. Conquistas que foram fruto da luta de 2012. Esse fato impulsionou o movimento grevista de 2013.

As assembleias, durante a greve, foram massivas e pararam as ruas do centro de São Paulo. Mais de 60% da classe aderiram

contrariando a posição dos burocratas. Mas a greve tinha dois obstáculos: o prefeito e a burocracia. Enquanto os grevistas formavam comandos de mobilização para ampliar a paralisação das escolas, os burocratas trabalhavam contra o movimento, dizendo que não adiantava continuar, em greve, que uma parcela de professores tinha voltado ao trabalho e outros argumentos próprios de burocratas traidores. O acampamento, sustentado por uma vanguarda aguerrida, acabou dificultando a ação desses lutadores nas escolas, para combater a política de desmonte dos burocratas.

Durante os 50 dias de greve, a pauta de reivindicação foi rebaixada três vezes. Sempre com o argumento de que era preciso manter o canal de negociação com o prefeito. No início, a pauta era de 24,6% e depois baixou para uma gratificação de 200 reais para o professor e 170 reais para os demais servidores das escolas. Mesmo assim, o prefeito não aceitou. Por fim, baixou para 150 reais para professor e 100 para os funcionários. Foi quando houve a negociação, que culminou nos 8% de gratificação.

A Corrente Proletária interveio na greve defendendo as reivindicações aprovadas na assembleia e os métodos da ação direta. Lutou para que houvesse de fato a unificação dos grevistas municipais com os estaduais. Combateu as manobras dos burocratas do Sintero. E trabalhou no sentido de formar uma fração oposicionista à direção traidora da greve.

Nesse momento, é fundamental a discussão dessa experiência de quase dois meses de greve e dela se retirar as lições para os próximos combates. A crise econômica vem golpeando os trabalhadores. Um grande contingente de jovens e explorados vem ganhando às ruas diariamente para impor suas reivindicações. Os trabalhadores da educação, também, estarão obrigados a defender os salários, os empregos e os direitos. O que implica preparar as condições para a retomada da luta.

ao movimento.

O POR trabalhou contra a passividade da greve, defendendo o método das ações coletivas: ocupação da prefeitura, fechamento de ruas e avenidas. Esse era o caminho para arrancar as reivindicações. Uma greve forte, com assembleias gigantescas, mas passiva, tenderia ao definhamento. Fato que se comprovou.

A responsabilidade do fim do movimento grevista deveu-se à direção do sindicato. Quanto mais ataques o governo Ha-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

ddad/PT desfechava contra a classe, mais a burocracia sindical, na figura do presidente Cláudio Fonseca/PPS, insistia no pacifismo e em passeatas que não levavam a lugar nenhum. Parte da oposição do sindicato (PSTU/PSOL/UNIDOS, Independentes) também se acomodou com a passividade imposta pela direção. A corrente pseudo trotskista “O Trabalho” batia sempre na mesma tecla: o governo Haddad, eleito pelos trabalhadores municipais, deve cumprir as promessas de campanha. Ou seja, continuava a iludir as massas com o discurso eleitoralista.

A última assembleia, que decretou o fim da greve, foi mais um golpe da direção do sindicato. As propostas de pagamento dos dias parados, sem nenhum desconto, de que o recesso escolar de julho não seria usado para reposição e de que a portaria das salas mistas para a educação infantil seria aplicada somente em casos urgentes nos CEIs e EMEIs foram usados para pôr fim à greve. A classe foi ludibriada e votou com a burocracia a suspensão da greve sem nenhuma conquista.

Com o fim da greve, os trabalhadores voltaram aos seus postos de trabalho. Não demorou muito para que o governo do PT desfechasse um duro golpe. Publicou uma portaria de reposição de aula (31/5) que pune os grevistas. Desrespeitou a decisão do Conselho de Escola, obrigando os trabalhadores reporem os dias paralisados durante o recesso. A portaria das salas mistas está sendo implantada a todo vapor nas escolas de Educação Infantil. Portanto, nada do que foi anunciado pela burocracia para suspender o movimento.

Diante disso, a direção do sindicato esperou quase um mês (primeira reunião de Representantes de Escola no dia 19/6) para discutir o assunto. A maioria das escolas, nesse meio

tempo, teve de decidir por conta própria. Desta forma, o movimento coletivo viu-se resolvendo o problema da reposição individualmente. Algumas escolas conseguiram que seu plano de reposição não incluísse o recesso, mas muitas terão de repor durante seu período de descanso.

O POR defendeu a realização de uma assembleia urgente. Claudio Fonseca chamou apenas um ato (via INTERNET) para o dia 28/6 em frente à Secretaria da Educação, sem convocação de fato. A maioria dos trabalhadores sequer sabia da manifestação. O ato contou com trezentas pessoas (bem diferente das assembleias massivas da greve) e, apesar do secretário da Educação, César Callegari/PSB, ter recebido a comissão, não houve resposta a respeito das reivindicações.

Como se vê, os trabalhadores foram traídos pela burocracia do Sinpeem. O governo petista aproveitou a suspensão do movimento para dar prosseguimento a sua política de arrocho salarial, precarização das condições de trabalho e superexploração.

A crise econômica vem atingindo o País. Os governos e os capitalistas descarregarão com maior intensidade sobre a maioria explorada. As massas oprimidas vêm ganhando as ruas e protestando contra a alta do custo de vida, os baixos salários, os aumentos das tarifas dos transportes coletivos, a precarização do trabalho e contra o descaso dos governantes com a saúde e a educação gratuitas. Os trabalhadores da educação do município, também, estarão obrigados a retomar a luta contra a política do prefeito petista e em defesa de suas reivindicações. As lições dessa greve servirão para potenciar as novas lutas e combater a política traidora da burocracia dirigente do Sinpeem.

Apeoesp

Burocracia criou mais regras contra a democracia sindical

No último dia de aula, 28 de junho, a burocracia convocou o Conselho Estadual de Representantes (CR) para aprovar os critérios para o congresso, que se realizará em novembro. Trouxe do interior seus conselheiros, tendo assim a maioria na reunião. Apresentou um regimento, que seguia o modelo de congressos anteriores. Mas, a intenção era fazer os destaques para torná-lo compatível ao objetivo do congresso, que é o de modificar os estatutos da Apeoesp. Tudo estava ensaiado. Os setores de Oposição foram pegos de surpresa. Nem todos os conselheiros foram avisados da armadilha montada.

A burocracia destacou os critérios de participação, que já são extremamente afunilados. Isso porque, primeiro há uma escolha nas escolas, 1 para cada dez filiados; depois, no encontro regional, de acordo com os sócios da região, elegem-se os delegados. Nesse CR, introduziu mais uma regra para ser delegado. Propôs inicialmente, um ano de filiação, em seguida, reduziu para seis meses. Tudo ensaiado para mostrar que estava sendo maleável diante do destaque feito por um conselheiro. Mas, esse conselheiro não era senão um dos membros da diretoria pela corrente Articulação. Qual o significado? Impedir que os professores contratados, particularmente, da categoria “O” fossem delegados. A maioria dos contratados é demitida todo final de ano e recontratada no ano seguinte. O que implica a perda do vínculo e da filiação ao sindicato. Tra-

tava-se de um mecanismo autoritário para eliminar a presença dessa parcela de professores que participou da greve do início do ano e contestou a conduta antidemocrática da direção do sindicato ao suspender a greve desrespeitando a decisão da assembleia.

A decisão de modificar os critérios, impedindo a representação no congresso de 50 mil professores, foi da Articulação/PT e contou com o apoio dos estalinistas do PCdoB e os pseudo trotskistas de “O Trabalho”, corrente embocada com os petistas.

Além desse ponto, a burocracia diminuiu a quantidade de laudas para as teses. O regimento previa 70 laudas, o que foi contestado por outro membro da Articulação. A burocracia de pronto propôs a redução para 30 laudas. Esse foi o primeiro passo para a eliminação do direito das correntes políticas de apresentarem suas teses no caderno do Congresso. Agora, limita a 30 laudas, logo mais imporá o fim das teses. Fato que ocorre nos sindicatos cutistas e no sindicato dos municipais (Sinpeem). As correntes ficam alijadas ou estão obrigadas a “emendar” a tese da burocracia para ter o direito de expor suas posições. Essa determinação visa a combater as correntes oposicionistas e impor uma única posição, a da burocracia.

Como se vê, o PT e seus aliados (PCdoB e O Trabalho) pretendem fazer da Apeoesp o que fizeram com o sindicato dos metalúrgicos do ABC e com os bancários de São Paulo.

Ou seja, pôr fim à democracia sindical. Pretendem realizar um congresso para alterar os estatutos, eliminando a autonomia das subseções dirigidas por setores de oposição, impondo as assembleias em locais fechados (nos moldes dos bancários, com pulseiras de identificação) e reduzindo a influência dos oposicionistas no congresso. Não podemos nos esquecer da medida autoritária que criou as cotas para as correntes poderem se expressar no Conselho Estadual. Com isso, não basta ser eleito conselheiro pelos professores. O direito de expressão no CR está cerceado por um “peso” de influência nas eleições sindicais. A burocracia limitará o quanto puder a democracia

sindical, caso não encontre a resistência dos professores. Cabe aos setores de oposição travarem um duro combate contra a burocratização da Apeoesp.

A Corrente Proletária/POR denuncia a política da Articulação/PT, dos estalinistas do PCdoB e de “O Trabalho” e se coloca em defesa da mais ampla democracia sindical, que implica independência do sindicato em relação ao governo, assembleias soberanas, congressos com delegados eleitos nas escolas, livre direito de manifestação nas assembleias, CR, congressos, eleições democráticas, mandatos dos diretores revogáveis e fim de todos os privilégios da diretoria da Apeoesp.

Unifesp/Guarulhos: burocracia conchava para favorecer grupo Anhanguera com 15 milhões de reais

Os estudantes da Unifesp conseguiram, em 2012, uma conquista importante através da greve: a aprovação da construção de um prédio para abrigar os que estudam e trabalham em local com mínimas condições de trabalho e estudo. Foi uma vitória contra o setor da burocracia universitária elitista, que pretendia a transferência da unidade para São Paulo, para um bairro abastado, em oposição à sua atual localização, no bairro empobrecido dos Pimentas, em Guarulhos. Agora, que a obra está prestes a começar, a casta de professores que manda na universidade decidiu alugar um prédio no centro de Guarulhos, região de elevado preço de aluguel, para levar a unidade para lá enquanto se realizam as obras. O custo desse negócio é de 15 milhões de reais. O local escolhido (Torricelli) pertence ao grupo Anhanguera, que recentemente se fundiu ao estrangeiro Kroton e formou uma megacorporação do ensino privado.

Quem de fato tomou a decisão

A reitoria se defende das acusações pela realização do negócio às costas dos estudantes afirmando que o problema foi debatido nas instâncias da universidade. Ora, essas instâncias a que se refere a reitoria do PSol são os organismos burocráticos por meio dos quais a burguesia e seus governos exercem sua administração autoritária e arbitrária contra a vontade da maioria, que está alijada das decisões. O fato de haver representantes de estudantes e funcionários nesses órgãos, na proporção de 15% para cada um desses setores, não quer dizer que haja discussão e decisão democráticas sobre quaisquer temas. O fato é que as decisões são tomadas pela casta burocrática de professores que controla as instâncias deliberativas, à revelia do que necessitam ou desejam estudantes e trabalhadores. O caso do aluguel do Torricelli é ilustrativo, pois a aprovação do contrato foi votada sem que sequer os membros da Congregação tivessem acesso ao texto. Ou seja, o autoritarismo é tanto que os burocratas aprovam as coisas sem nem mesmo passarem pela formalidade do conhecimento de conteúdo.

Por que se aprovar o aluguel sem discussão? Por que nem mesmo se divulga o que está sendo acordado?

Sem dúvida, as obras do novo prédio vão afetar as atividades docentes e discentes na Unifesp dos Pimentas. A primeira coisa que deveria ser amplamente discutida, antes de qualquer

decisão a respeito, é se é ou não possível continuar as atividades durante as obras. Isso foi descartado.

Os 15 milhões de reais que se pretende entregar ao grupo Anhanguera não poderiam ser melhor empregados em obras necessárias tais como a construção de moradias, restaurante e creche na unidade atual? Quem decidiu sobre seu uso, no entanto, foi a burocracia.

Supondo que seja absolutamente necessária a saída provisória do campus dos Pimentas, por que não se abriu uma ampla discussão sobre as alternativas? Por que se decidiu que a única opção possível é o Torricelli? Por que essa discussão não se deu de forma aberta nem mesmo dentro das instâncias burocráticas?

Tudo isso indica que o aluguel do Torricelli atende a interesses que não podem ser revelados nem questionados. Pode ser inclusive um meio para retirar imediatamente todos do campus dos Pimentas e usar o prédio provisório como meio para a divisão da unidade e transferência de parte dela para São Paulo, como sempre pretenderam setores elitistas e reacionários dos professores.

Somente a mobilização pode impor à burocracia as necessidades da maioria

Um grupo de estudantes, no dia 01/07/13, após a audiência pública que nada esclareceu sobre o aluguel do Torricelli, decidiu ocupar uma sala de aula. Logo os militantes defensores do PT se mobilizaram para convocar uma assembleia que pudesse aprovar o fim da ocupação. No dia 04/07, a ocupação foi desativada antes do golpe dos petistas. E a assembleia discutiu a pauta da ocupação e aprovou um ato para protestar contra o autoritarismo de despendar 15 milhões de reais num aluguel absolutamente questionável. O ato pretende entregar à diretoria acadêmica a reivindicação dos estudantes, que é a de rechaçar o contrato do aluguel do Torricelli, colocar as obras do novo prédio e todos os gastos relativos a ela sob controle de uma comissão de estudantes e trabalhadores, reivindicar moradia, e fim dos processos políticos contra estudantes.

É preciso avançar e levar às ruas as reivindicações dos estudantes! Somente a mobilização poderá impor à burocracia a vontade dos que estudam e trabalham! Convocar a assembleia geral universitária com voto universal!

10 anos do PT a frente do estado burguês

Apresentamos, a partir de agora, uma série de artigos sobre a origem, ascensão eleitoral e experiência do PT na administração da máquina estatal burguesa.

A falência do nacionalismo burguês e a imposição da Ditadura Militar

O golpe de 31 de março de 1964, que depôs o governo de João Goulart e concentrou o poder político do Estado burguês nas mãos de governos militares expressou a falência do nacional-desenvolvimentismo burguês, dominante desde a Era Vargas, mostrando definitivamente a incapacidade da burguesia nacional de solucionar as tarefas democráticas pendentes, tais como a resolução da questão agrária, a superação do analfabetismo e universalização da educação em todos os níveis, o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a superação dos desequilíbrios regionais, a garantia da soberania nacional e a elevação do país a condição de nação independente frente ao domínio das potências imperialistas.

Ao contrário do que setores do nacionalismo burguês, seus representantes políticos e intelectuais e os governos do período desenvolvimentista pregavam, a economia brasileira se submetia cada vez mais ao domínio dos grandes monopólios. As medidas estatizantes da época varguista, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Vale do Rio Doce, da Petrobrás, de bancos públicos de crédito para financiar e subsidiar os capitalistas nacionais e a política econômica de substituição de importações não conseguiram se impor frente aos interesses das multinacionais e das potências imperialistas. As relações da burguesia nacional com o capital financeiro internacional e com a grande propriedade da terra (latifúndio) conformou a estrutura econômica, social e política brasileira como país capitalista atrasado, semicolonial, que, apesar de formalmente independente do ponto de vista político, os ramos estratégicos da economia estão sob controle dos monopólios capitalistas internacional associados ao capital nacional.

Durante décadas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), seduzido pelo nacionalismo da chamada fração burguesa progressista e alinhado à teoria do socialismo em um só país e à revolução por etapas, cunhada por Stalin e consortes na antiga URSS, país berço da Revolução de 1917, mas já em avançado estágio de burocratização, defendeu que o Brasil era um país feudal ou semifeudal, e que teria de passar por uma etapa de revolução burguesa anti-imperialista e antifeudal, naturalmente sob domínio da burguesia progressista, etapa que deveria ser apoiada e impulsionada pelo proletariado, camponato e pequena-burguesia, para que o capitalismo se desenvolvesse plenamente, para só então se pensar em uma etapa verdadeiramente socialista da revolução. Essa concepção claramente etapista e equivocada sobre a caracterização da estrutura econômica, social e política do país, levou o stalinismo a se submeter ao nacionalismo burguês e reproduzi-lo no seio do movimento operário, camponês e estudantil.

Desde o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o Brasil se conformou como país capitalista atrasado semicolonial. Isso porque o desenvolvimento capitalista no Brasil se deu no período em que o capitalismo internacional ingressa na sua fase de agonia, chamada por Lênin de Imperialismo. Um período de domínio dos monopólios e do capital financeiro, de partilha do mundo em esfera de influência político-econômica das potências, de opressão nacional de poucos países (potências imperialistas) sobre a grande maioria dos países atrasados (coloniais e semicoloniais), de domínio das fontes de matéria-prima e expansão das relações capitalistas de produção sob influência dos países capitalistas adiantados.

O esgotamento do nacional desenvolvimentismo fica claro com a queda do governo Vargas em 1954, as medidas de Juscelino Kubitschek, a renúncia de Jânio Quadros e os impasses do governo João Goulart. É no governo de JK que as mais importantes multinacionais do setor veículos automotores ingressam no país, tais como a General Motors (GM), Volkswagen e Ford. O aumento da dependência ao capital internacional via empréstimos e financiamentos, do endividamento interno e externo, o controle pelos monopólios capitalistas de ramos importantes da indústria, como o de bens duráveis (veículos automotores, eletroeletrônicos e eletrodomésticos), bem como das indústrias farmacêutica, química, mecânica, naval, de material e equipamento eletrônico, entre outras. O governo retribuía ainda mais as multinacionais com vantagens, privilégios e isenções fiscais.

As contradições capitalistas no país atrasado e semicolonial aumentam: a concentração da última palavra da industrialização na região Sudeste-Sul,

a ausente ou escassa industrialização das demais regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste), o aumento do êxodo rural para as grandes cidades e o incremento de cortiços e favelas. A indústria se concentrou principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O ABC paulista (Santo André, São Caetano e São Bernardo) se tornou o centro da indústria automotiva e do proletariado brasileiro. Para se ter uma ideia do desenvolvimento desigual e combinado da economia brasileira, no final dos anos 1960, o Sudeste-Sul participava com 80% na renda do país, o Nordeste com 14,5%, Centro-Oeste com 3,3% e Norte com 2,1%. São Paulo concentrava 54,3 da produção industrial, Rio de Janeiro, 17%, Minas Gerais, 6,0%, Rio Grande do Sul, 6,7 e outros estados apenas 16%. Esse processo desigual só aprofundou na década seguinte. Nos anos 1980, por exemplo, a concentração aumentou, sendo que São Paulo sozinho participava com 60% da produção industrial.

Apesar da política nacionalista e das ilusões do PCB com o nacional-desenvolvimentismo da burguesia brasileira, a luta de classes no país avançava com o aprofundamento das contradições econômicas, sociais e políticas. Nos anos 1950-60 despontou a luta de classes no campo com a formação das Ligas Camponesas e os embates com a grande propriedade privada da terra (latifúndio), particularmente no Nordeste. Nas grandes cidades, o processo de industrialização, urbanização e a presença dos grandes monopólios acirravam a luta entre o proletariado (e demais assalariados) e os capitalistas em torno das condições de trabalho e salariais. Os explorados expulsos do campo e as condições de miséria se amontoavam nas grandes favelas. Essa situação explosiva se tornava cada vez mais insuportável para os explorados.

O governo de João Goulart é marcado pela ampliação dessas contradições e pela intensificação da luta de classes em nosso país, que chegava a um impasse com a impotência da burguesia nacional e dos seus governos de solucionar as tarefas democráticas e garantir melhores condições de vida e trabalho para os explorados, bem como se tornava patente as limitações e os equívocos da política de conciliação de classes do PCB e sua crença na possibilidade da burguesia nacional progressista realizar a etapa democrático-burguesa da revolução, sob pressão das massas no campo e na cidade. O PCB, na primeira metade da década de 1960, foi abalado pela crise internacional do stalinismo com as denúncias dos crimes cometidos por Stalin no XX Congresso do PCUS (1956). Sua direção, alinhada à burocracia soviética, havia aprovado a tese de “convivência pacífica com o imperialismo” e a “via pacífica e democrática para o socialismo”, deixando de lado a revolução violenta.

A crise no terreno do stalinismo levou a disputas internas no PCB em torno do legado de Stalin e da burocracia soviética. Três correntes principais se formaram no interior do PCB. Uma corrente criticava o autoritarismo e o dogmatismo partidário, tendo como um dos representantes Agildo Barata, tirando dessa crítica conclusões antimarxistas. Uma segunda corrente, composta por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara, caracterizava-se por repudiar qualquer crítica à figura de Stalin e ao stalinismo. O núcleo dirigente se conformou em torno de Giocundo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender e Armênio Guedes, aos quais se uniram Prestes e Marighella, que rejeitava as críticas à estrutura partidária, mas aceitava certas críticas ao período de Stalin. Em seu V Congresso, em 1960, o PCB ratificou a tese de “convivência pacífica com o imperialismo” e repudiou a revolução violenta. Essa disputa levou à cisão de 1961/62, em que o grupo de João Amazonas rompeu com o PCB e fundou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A economia brasileira, de 1961 a 1963, apontava para uma redução do PIB, que passou sucessivamente de 8,6% a 6,6% e 0,6%. A inflação aumentava a índices insuportáveis: de 47,79% em 1961, passou a 51,65% em 1962 e 79,87% em 1963. O déficit público cresceu. As condições de vida e trabalho dos assalariados e demais explorados só pioraram durante o mesmo período. O impacto da inflação corroía os salários e aumentava os preços dos produtos básicos. A exploração da força de trabalho crescia e o desemprego se agravava. A resposta do governo Goulart, apoiado pela esquerda do PCB, eram as chamadas “reformas de base”. Tratava-se de ideias gerais sobre um conjunto de medidas econômicas, fiscais, tributárias e administrativas, que

pretendiam reconduzir o país à via desenvolvimentista, modernizar a estrutura estatal e superar a crise econômica que o Brasil atravessava.

As pressões dos movimentos sociais no campo e na cidade, a impotência do governo na resolução dos problemas que atingiam os trabalhadores e camponeses, a crise política instalada no seio do Estado, a necessidade de centralizar as frações burguesas em torno da defesa da ordem econômica, política e social formam, em conjunto, o contexto histórico do golpe ao governo de João Goulart e a instauração de um governo militar, um regime político autoritário e repressivo contra os movimentos sociais no campo e na cidade. No plano ideológico do regime militar atuavam a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). A burguesia se apoiou numa classe média apavorada com as lutas sociais. Setores da Igreja impulsionaram ações e marchas em defesa da família e da propriedade, sendo a mais conhecida a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 19 de março de 1964.

O golpe de maio de 1964 no Brasil teve o apoio ativo do imperialismo norte-americano. Durante o governo Goulart, os EUA conspiravam para que o governo brasileiro se alinhasse internacionalmente com a política norte-americana. Concedia empréstimos à governadores da oposição como os da Guanabara e São Paulo (Carlos Lacerda e Ademar de Barros), apoiava entidades e políticos conservadores, intervia internamente por meio de sua Embaixada, enfim, pôs em prática, quando foi desencadeado o golpe, uma operação conhecida como “Operação Brother Sam”, deslocando um porta-aviões, seis destróieres e navios de guerras altamente municiados, preparando-se para uma possível resistência ao golpe.

Entretanto, como sabemos, o governo João Goulart mostrou-se completamente impotente diante do golpe dos militares, amparados pela burguesia nacional e pelos monopólios internacionais. Tal como Goulart, o PCB sequer se preparou para uma possível reação, vez que dirigia uma grande parte de movimentos, entidades e organizações. Crente que o governo de João Goulart representava a primeira etapa da revolução, a democrático-burguesa, não reagiu diante dos seus impasses e de sua impotência, deixando os trabalhadores, camponeses, estudantes e demais movimentos sociais completamente desarmados diante da ofensiva da classe dominante no seio do Estado.

O golpe militar mostrou não só a falência histórica do desenvolvimentismo burguês na época imperialista, como jogou por terra a caracterização do PCB sobre uma suposta burguesia progressista, interessada em realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa, com a pressão e apoio dos explorados (operários e demais trabalhadores assalariados, camponeses, pequena-burguesia e a intelectualidade de esquerda). Dizemos falência histórica e não política, porque, afinal de contas, não obsta que outros partidos tentem reviver o velho nacional-desenvolvimentismo, como ocorre hoje na América Latina. O fato é que a burguesia nacional estava profundamente entrelaçada com os grandes conglomerados capitalistas internacionais e com os grandes proprietários de terra. Diante da crescente pressão da luta de classes, a burguesia, dita progressista, fez o que lhe interessava, planejou e executou, por intermédio do Exército, com apoio interno e externo, um golpe de estado, reprimindo os movimentos sociais no campo e na cidade de trabalhadores, camponeses e estudantes. Os militares estabeleceram o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A crise no PCB levou à fragmentação da esquerda em inúmeras correntes diferentes, tais como: a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista (ORM), intitulada Política Operária (Polop), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a fusão da organização Colina e a VPR, em VAR-Palmares, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), de Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Mário Alves, o Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8), entre outras. Com o incremento da repressão, particularmente a partir de 1968, com a instituição do AI-5 pelo governo Costa e Silva, aplicado com energia pelo governo Médici, muitas dessas correntes se lançaram à luta armado contra um regime militar fortemente armado, que prendeu, torturou, deportou ou matou inúmeros militantes e destruiu várias organi-

zações. A Guerrilha do Araguaia, dirigida pelo PCdoB, foi desmontada pelo Exército sob intensa repressão e tortura.

Entre 1964 e 1985, a esquerda e os movimentos sociais tiveram de amargar a intensa repressão do Estado, seus governos, exército e polícia. Os governos de Castelo Branco (1964-67), Artur da Costa e Silva (1967-69), Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Batista Figueiredo (1979-1985) mancharam a história com o sangue de inúmeros ativistas e lutadores. Além da centralização do poder político e a repressão, a política econômica dos governos militares buscou estabilizar a econômica a serviço do capital nacional e internacional, reduzir o déficit público, conseguir novos empréstimos, renegociar a dívida externa e atacar os salários dos trabalhadores. Essa política ficou conhecida como “Milagre Brasileiro”. Com a intensificação do processo de exploração dos trabalhadores, mascarado pelos dados do governo sobre inflação, conseguiu-se um crescimento do PIB de 11,2% (1968) a 14% (1973). Mas o “milagre brasileiro” não durou muito tempo.

A segunda metade da década de 1970 é marcada pelo esgotamento dos governos militares e da política econômica do chamado “milagre brasileiro”, em meio à profunda crise econômica internacional. Com o impacto da crise internacional do capitalismo, a partir de 1973-74, a situação econômica do país começou a declinar. Os dados indicam a degradação da base econômica de apoio dos regimes militares entre 1974 e 1984. O PIB caiu da ordem de 8,2% em 1974, para -4,3% (1981), 0,8% (1982), -2,9% (1983) e 5,4% (1984). A dívida externa bruta, que em 1965, era de 3,5 bilhões de dólares, passou a 91 bilhões de dólares em 1984. A inflação, que era de 15,6% em 1973, passou a 34,5% em 1975, chegando a 223,8% em 1984. A participação dos salários e do capital na renda nacional também expressa o processo de concentração de riqueza. Em 1960, os salários participavam na renda com 60% e o capital com 40%. Em 1980, a massa salarial correspondia a 37,9% e o capital, 62,1%.

A situação da classe operária e demais assalariados havia chegado ao fundo do poço. A política econômica dos regimes militares levou a um processo de concentração da riqueza nas mãos dos mais ricos e de miséria entre os explorados. Dados sobre a distribuição de renda entre a população economicamente ativa revela que, entre 1960 e 1980, os 10% mais ricos do país aumentaram a sua participação na renda de 39,6% para 50,9%. Enquanto isso, os 80% mais pobres reduziram a sua participação na renda, no mesmo período, de 44,8% para 33,7%. No campo, a desigualdade foi ainda maior. Entre 1970 e 1980, os 10% mais ricos aumentaram a sua participação na renda de 33,8% para 53,4%. A renda dos 90% mais pobres caiu no mesmo período de 66,2% para 46,6%.

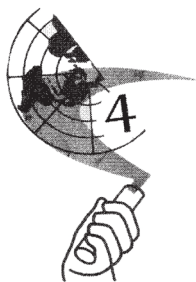
A degradação da economia e a repressão política levam os trabalhadores e movimentos sociais a se reorganizarem, passados vários anos de desarticulação e apatia. As últimas greves operárias tinham se dado em 1968 em Osasco e Contagem. Entretanto, a crise econômica internacional e suas particularidades em nosso país abriram fendas por onde penetraram as lutas sociais no campo e nas cidades. Parte da esquerda chegou à conclusão sobre a necessidade de reiniciar o trabalho nas organizações sindicais, que foi praticamente deixado de lado com a decisão de travar a luta armada contra a ditadura. Era necessária a reorganização independente do proletariado e a defesa de suas reivindicações sobre condições de vida e trabalho, aviltadas pelos sucessivos governos. As manifestações e greves operárias no ABC paulista, em 1978 e 1979, expressavam o profundo descontentamento do proletariado e demais assalariado com as medidas econômicas dos governos militares, de expropriação dos salários, a alta da inflação e aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade.

O movimento camponês se reerguia, com a realização de ocupações de terras, sendo uma das mais conhecidas a ocupação da fazenda Macali, localizada em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, realizada em 1979, que convergiu para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os estudantes se reorganizavam em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE), desestruturada durante anos. Esse contexto de crise econômica, degradação das condições de vida e trabalho dos assalariados e demais explorados e de intensificação das lutas sociais depois de anos de desorganização, é o ambiente em que se coloca a necessidade da centralização nacional das lutas dos trabalhadores, o que se daria com a fundação do Partido dos Trabalhadores (1980) e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

Nesta edição:

- Egito: golpe de Estado depõe Mohamed Mursi
- Prepotência imperialista
- Bolívia: 77º aniversário do POR / Apresentação dos dois últimos tomos das Obras Completas
- Saudamos o POR boliviano por sua Conferência Nacional

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Egito:

Golpe de Estado depõe Mohamed Mursi As massas nas ruas devem se opor à ditadura militar e levantar um programa próprio de reivindicações

O exército egípcio se ergueu como árbitro da crise política do país. Uma vez mais, os militares servem de instrumento do imperialismo para a estabilização do país diante da profunda desagregação social.

Com um golpe, varreu do governo Mohamed Mursi, que havia se submetido à tutela dos generais. Trata-se do segundo golpe militar em menos de dois anos. O primeiro foi aplicado para remover o ditador Hosni Mubarak e evitar que as massas o derrubassem pela via revolucionária. O que desembocou em um governo cívico-militar de transição e um chamado a eleições, nas quais o próprio Mursi, da Irmandade Muçulmana, foi eleito presidente.

Agora, o representante da Irmandade Muçulmana é derrubado. O golpe aconteceu durante violentos enfrentamentos de rua. A renúncia de seis ministros indicou a desintegração do governo. O exército, apoiando-se no vazio político, se apropria novamente das reivindicações populares e impõe um novo governo de transição, com a promessa de convocar novas eleições. A fim de aplicar a “receita” militar para a crise, se empossa o presidente da Corte Constitucional (Corte Suprema de Justiça). O golpe conta, além disso, com o apoio de frações burguesas opositoras e de líderes religiosos (muçulmanos e coptas).

A “receita” se resume em que o governo de transição terá amplos poderes para designar um chefe de governo e formar um “comitê de notáveis” para reformar a Constituição. A que foi ditada por Mursi será anulada, segundo informa os militares. A próxima, certamente, surgirá do jogo de interesses das frações burguesas opositoras nas novas condições criadas pela crise do caricato regime democrático burguês.

A grande imprensa, paga pelo imperialismo, fez de tudo para destacar o perfil humano e social do general Abdel Fattah al-Sisi, chefe das Forças Armadas, caracterizando-o como um militar preocupado com que os egípcios possam sair de sua penosa situação econômica e social. Citam para tal fim o comunicado prévio à derrubada de Mursi, no qual explicava que, vencido o ultimato de 48 horas, dado antes para se chegar a um acordo entre as forças políticas para frear a crise, o exército se viu obrigado a intervir para garantir a segurança dos manifes-



tantes. De nada serviu Mursi ter chamado a oposição para um governo de coalizão. O rechaço das frações opositoras o isolou e o colocou em choque com os massivos protestos.

Mursi se viu obrigado a rechaçar os termos dos militares e se negou a renunciar. O general al-Sisi o acusou então de descumprir suas promessas eleitorais. Estava colocada assim a última pedra do edifício golpista que vinha se colocando em pé nas últimas semanas. Para o imperialismo, o exército se erguia como guardião da democracia do país e representante das demandas populares. A afirmação de Obama de que os Estados Unidos têm compromisso com o Egito e não com o presidente deu o sinal verde para o golpe.

O que de fato se operou foi um violento ajuste das engrenagens político-partidárias burguesas que devem garantir a fachada democrática necessária para afastar as massas das ruas. E evitar que a mobilização, em seu desenvolvimento, possa chegar a superar as reivindicações democráticas e se transformar no prelúdio de um levante de massas contra o regime de conjunto.

A democracia burguesa resultante da derrubada de Mubarak não foi outra coisa que uma transição negociada nos

bastidores da política burguesa para confiscar as reivindicações populares e abortar a onda revolucionária. Mursi foi a expressão eleitoral desse acordo. A Irmandade Muçulmana chegou ao governo com o rosto democrático de um regime despótico e decadente, apoiado nos interesses econômicos das classes dominantes nativas, no exército e no imperialismo. Foi esse delicado sistema, forjado em equilíbrios internos e interesses comuns com os militares, que desabou ao se manifestarem as consequências da crise econômica sobre os oprimidos. ***O exército não questiona o caráter do governo que derruba, mas põe em dúvida sua capacidade de esmagar as mobilizações de rua e de transferir o enorme custo da crise sobre as massas exploradas e oprimidas do país.***

A Irmandade Muçulmana não era um tumor sobre um corpo limpo e saudável. Os chefes militares apoiaram sua chegada ao governo e eram, por sua vez, férreos defensores de Mubarak, no início das mobilizações de 2011. Mudaram de lado quando a ditadura militar demonstrava ser uma forma política da ditadura burguesa incapaz de conter o levante das massas. Os islâmicos foram uma carta que serviu à contrarrevolução, jogada pelo exército para canalizar a fúria popular, evitando que um novo levante da luta de classes pudesse arrasar a complexa trama de interesses das frações burguesas associadas com o imperialismo. Entre elas, se encontra a cúpula militar, que, sob a “casca legal” do exército, tem a propriedade de bancos, agências de viagens e indústrias, que atingem 40% do PBI do país. Além de manejar gigantescas somas de dinheiro por contratos de defesa de bilhões de dólares. Os Estados Unidos enviam 1,5 bilhão de dólares anuais para manter a casta militar servil e garantidora da opressão nacional e social.

O objetivo do golpe continua assim os objetivos traçados pelo imperialismo com a derrocada de Mubarak. Isto é, proteger seus interesses e os da casta dominante nativa frente a um país de 80 milhões de habitantes, cuja metade vive na pobreza e sofre permanente escassez de alimentos e combustíveis. Em última instância, se o exército toma o poder, ainda que dissimule sua forma ditatorial sob um governo de transição negociada, é para garantir o êxito onde Mursi falhou: a repressão.

Não é possível ressuscitar o fétido cadáver da democracia egípcia, morta muito antes de nascer, sem repetir as experiências já percorridas, Ainda que sejam disfarçadas sob novas formas institucionais. Lamentavelmente, se confirma que as massas apoiaram o golpe associando a destituição de Mursi com um compromisso do exército com suas reivindicações políticas e econômicas. Essa contradição se explica pela ausência de uma

direção revolucionária. A oposição burguesa é pró-imperialista e se escora no militarismo.

A democracia burguesa no Egito é resultado de manobras de bastidores, onde o imperialismo tem a última palavra. Será muito difícil restituir a confiança plena das massas egípcias na democracia na situação em que a crise capitalista esmaga suas condições de vida. A democracia burguesa não livra as massas da desintegração do capitalismo e dos ataques que a burguesia desfecha contra suas condições de existência. Na Europa, os explorados e a juventude oprimida estão em posição de confronto com as democracias burguesas e suas políticas de ataque contra as massas. A nova etapa de luta de classes mundial também se manifesta nas revoltas árabes. A continuidade dessa crise de uma forma mais brutal, destruindo massivamente forças produtivas, renovará o fogo subterrâneo da luta de classes e poderá fazer ir pelos ares as novas invenções de laboratório de uma democracia egípcia reformada.

Fala-se na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. É mais uma fraude burguesa para acobertar o golpe militar e enganar os explorados. Pretende-se criar um meio mais eficaz para consolidar uma Constituição que contasse com amplo apoio popular. Mas a burguesia sequer pensa nessa possibilidade e a substitui por um “comitê de notáveis” (burgueses). O que é manter tudo como está, por novos acordos e manobras às costas da população. No Egito, uma Assembleia Nacional Constituinte só poderia erguer-se não como um meio para fortalecer a decrépita democracia burguesa, mas como um meio para a vanguarda proletária lutar por esgotar as ilusões democráticas na possibilidade de reformar as bases materiais

do país sob o capitalismo.

A democracia burguesa egípcia estava já condenada pela história e espremida pela crise mundial capitalista. Sustentá-la com um respirador artificial, com métodos mais ou menos violentos, só pode resultar em uma nova expropriação e esmagamento das massas. Mas acontece que as massas retomaram as ruas novamente órfãs de sua direção revolucionária. E só uma sólida vanguarda forjada no marxismo-leninismo-trotskismo, soldada política e organizativamente em um partido-programa, poderia combinar as reivindicações democráticas com o programa de reivindicações transitórias, canalizando desse modo a nova revolta sob as bandeiras e estratégia do proletariado revolucionário.

Abaixo o golpe militar!

Organizar a luta sob a bandeira de um governo operário e camponês!

Em defesa da revolução proletária!

Adquira com o distribuidor deste jornal

As massas nas ruas mostram toda sua força e a necessidade da direção revolucionária



**Partido
Operário
Revolucionário**



**EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E ORDEM PROLETARIAN
MASSAS**

Bloqueio aéreo contra Evo Morales

Prepotência imperialista

França, Itália, Espanha e Portugal impediram que o avião presidencial da Bolívia utilizasse seu espaço aéreo. Portugal, inclusive, cancelou uma aterrissagem da aeronave para abastecimento. E por quê? Porque os Estados Unidos suspeitaram que o avião que transportava o presidente Evo Morales servia de fuga a Edward Snowden.

A CIA criou o boato que na volta de uma reunião na Rússia o governo boliviano teria decidido dar asilo ao ex-informante norte-americano. Snowden está marcado de morte. Taxado de traidor, é questão de honra para a maior potência mundial capturar um agente que revelou a gigantesca operação de espionagem. Assim, os Estados Unidos vêm pressionando todos os países a não receberem Snowden e a não lhe facilitarem uma fuga.

A Rússia não sabe o que fazer com o refugiado, que se encontra detido em uma dependência do aeroporto. Snowden é um perigoso arquivo vivo. Suas poucas revelações foram suficientes para mostrar que outras potências, como a Alemanha e a própria França, são vasculhadas diariamente pelo controle da internet, etc. Em nome da segurança dos Estados Unidos e do combate ao terrorismo, a Casa Branca e o Pentágono montaram poderosos tentáculos que espionam o mais recôndito de cada país do globo. Todo tipo de espionagem é praticada.

Evidentemente, a Alemanha e França não desconheciam esse controle. Admitiam a ingerência da potência hegemônica. Não faltam exemplos de conflitos com a China, Irã e Rússia, no que se convencionou chamar de guerra da internet. De certa forma, já era escancarada a intervenção dos Estados Unidos nos segredos de outras nações. Com as revelações de Snowden, a vassalagem foi exposta. A Alemanha e França foram obrigadas a se pronunciarem contra o controle de informações, que lhes feria a soberania. A Inglaterra mais uma vez apareceu no papel de gendarme dos Estados Unidos. Colabora com a espionagem norte-americana na Europa. Analistas indicam que há um acordo nesse sentido desde a 2ª Guerra Mundial.

Com o controle mundial da internet, os Estados Unidos ampliaram infinitamente sua capacidade de informação e de espionagem. As violações de acordos e normas internacionais pelo imperialismo norte-americano se tornaram corriqueiras. O assassinato de Bin Laden e o desaparecimento de seu corpo é uma dessas violações. Os bombardeios de civis com os drones têm sido motivo de escândalo.

Não há uma força capaz de pôr limites à prepotência da burguesia ianque. O movimento revolucionário mundial foi destruído a partir da ascensão de Josef Stálin ao poder da ex-União Soviética e com sua política de adaptação às pressões do imperialismo. A restauração capitalista permitiu abrir caminho para o livre intervencionismo das potências.

Somente a classe operária, mundialmente organizada, e lutando pela derrocada do capitalismo poderia enfrentar a prepotência norte-americana. Desgraçadamente, a humanidade sucumbe à barbárie devido à crise de direção revolucionária.

Obama precisa extraditar Snowden, ainda mais depois da fracassada tentativa de capturar o divulgador do Wikileaks, Assange, que se encontra confinado em uma embaixada no Equador. Os Estados Unidos cercaram diplomaticamente a Rússia para que não dê asilo, nem permita a fuga de Snowden para outro país. A proibição do tráfego do avião da Bolívia é parte desse cerco.

A Unasul se reuniu na Bolívia para prestar solidariedade a Evo Morales e exigir desculpas dos governos responsáveis pela mudança de rota do avião presidencial. O gesto não passa de uma reação diplomática esfarrapada, que mais demonstra a impotência dos governos semicoloniais do que uma resposta efetiva. Deveriam defender o direito ao asilo político a Snowden. Um dos países poderia assumir o seu refúgio, com apoio da Unasul. O governo de Dilma Rousseff foge do problema como o diabo foge da cruz. Um posicionamento pelo direito ao asilo político e o acolhimento de Snowden seriam uma resposta à altura da violação do direito do avião boliviano atravessar o espaço aéreo da França, Itália, Espanha e Portugal.

O Partido Operário Revolucionário do Brasil publica abaixo o pronunciamento de Alfonso Velarde na comemoração de 77 anos do POR-Bolívia, realizada em junho de 2013. Nessa ocasião, também foram feitas as homenagens a seu dirigente, falecido em 2009, Guillermo Lora. Publicamos, também, a saudação feita pela companheira de vida de Guillermo, Rina, que expressou as últimas formulações do militante revolucionário profissional, Guillermo Lora.

Apresentação dos dois últimos tomos das Obras Completas

Camaradas, simpatizantes e amigos do Partido Operário Revolucionário. Irmãos da marcha da coluna de TIPNIS, aqui presentes.

Depois de ouvir as palavras de nossa querida companheira Rina, é já difícil fazer um resumo melhor de seus últimos escritos que compreende os anos de 2005 a 2008 e que não estavam incluídos nas Obras Completas. Ela fez um resumo insuperável sobre os temas que Guillermo aborda, sistematicamente em todos esses escritos que, como ela indicou, publicava sema-

nalmente uma pequena tiragem, xerocada que sequer chegava a todos os militantes, tinha que se apressar para conseguir um exemplar porque desaparecia rapidamente, portanto é uma valiosa contribuição da companheira Rina à recompilação de todo esse trabalho e sua incorporação nas Obras Completas, que já são de 69 volumes.

São 77 anos de vida do Partido Operário Revolucionário. Muitas vezes nossos inimigos se divertem dizendo “esse partido com 77 anos não fez a revolução, não serve para nada”. Mas

para o povo e para fora, o POR é um exemplo de perseverança e um exemplo de fidelidade a um programa. Isso é o que diferencia o POR dos demais partidos que se dizem revolucionários, dos grupos que aparecem falando em nome do povo e dos explorados, grupos que se organizam simplesmente para se aproveitar da miséria dos explorados, para ascender politicamente e para trair depois, grupos que não são capazes de elaborar um programa político que seja uma resposta a nossa realidade. O grande trabalho de Guilherme Lora foi esse, o de ter sido um marxista em toda a plenitude da palavra, que utiliza esse método da ciência marxista para entender os fenômenos sociais, para destrinchar a estrutura dessa sociedade, o papel que jogam suas classes sociais, as particularidades que possuem, a função que deve jogar cada uma na luta social para libertar o país da opressão capitalista, as características deste país que é um país submetido aos interesses do imperialismo, convertido em provedor de matérias-primas e condenado no restante de sua economia a permanecer em seu atraso. Guilherme, no programa do POR, assinala que este país capitalista atrasado, como o qualifica, é parte do capitalismo mundial, não é um país que está fora, é um país que é parte dele.

O capitalismo está marcado nesse país de acordo com seus interesses e este país, assim oprimido, não poderá libertar-se se não se levantar contra o que é o fundamento da sociedade capitalista, que é a grande propriedade privada, o poder das multinacionais, o poder dos empresários que submetem o conjunto dos explorados. Contra quem temos de lutar, como transformar esse país para solucionar seus problemas, para tirá-lo do atraso? Destruindo a grande propriedade privada, isto é, expulsando deste país o imperialismo e derrotando a burguesia opressora. E quem pode cumprir essa tarefa? Dentre todas as classes oprimidas, é a classe operária que deve jogar o papel de direção, porque é a classe que vive e que trabalha socialmente e que não é proprietária de nenhum meio de produção. Guilherme está tomando a essência do marxismo, mas é uma classe que é minoria, justamente pelo atraso do país, a classe operária é uma minoria demográfica, a grande maioria é camponesa, a grande maioria é a classe média empobrecida das cidades, portanto, nossa luta é por uma revolução que irá se realizar pelo conjunto dos explorados. Não se poderá conceber a revolução realizada somente pela classe operária. Se a classe operária não pode arrastar e conquistar pelas suas ideias e seu fundamento, que é destruir a propriedade privada, o conjunto da nação oprimida, não poderá haver a revolução.

Aos companheiros de TIPNIS, vocês são nesse momento vítima da doença da propriedade, da grande propriedade imperialista que viu no TIPNIS reservatórios de petróleo, dos interesses da indústria brasileira, que quer cruzar o Pacífico por meio de nosso território, e também da ambição da pequena propriedade dos cocaleiros, que querem continuar enfiando-se como ratos no TIPNIS, para continuar plantando coca. Sua forma de vida que é comunitária está sendo atacada por essa forma de propriedade. Isso quando é possível desenvolver o país, superar o atraso e industrializá-lo sem atentar contra a vida dos povos oprimidos. Esse objetivo será alcançado quando superarmos o capitalismo no marco de uma sociedade onde os meios de produção - com que garantimos nosso sustento, com que trabalhamos, de onde sai a riqueza - sejam de todos:

isso se chama socialismo.

Quando o POR diz “Revolução Proletária”, está dizendo revolução nacional de todos os explorados. Por que proletária? Porque terá de destruir a propriedade privada e irá, assim, assentar as bases de uma nova sociedade onde será possível planificar o desenvolvimento, sem destruir a natureza e sem matar os povos originários, que vivem quinhentos anos de opressão.

Todos os camaradas que me antecederam se referiram ao programa do partido. Nós atuamos com o programa do partido, por isso esse partido tem 77 anos de vida e não envelhece, por isso, esse partido tem 77 anos de vida e não morre, por isso esse partido tem 77 anos de vida e continua remoçando-se e continua firme em seu objetivo de libertar o povo de sua opressão e ao mundo da opressão capitalista.

Guilherme durante esse último período aborda fundamentalmente três temas. 1) a análise de classe do MAS, como se assinalou aqui, o fato de Evo Morales ser um camponês, indígena, despertou ilusões desmesuradas em todos os oprimidos. Se um camponês chega ao poder é uma coisa notável e o pensamento simples diz: Quem vai defender um camponês? O povo é quem tem de defender. Guilherme, que é marxista pleno, aplica a regra de ouro do marxismo, pergunta a esse partido e a esse líder: O que é que você vai fazer com a grande propriedade privada? Evo Morales e o MAS não esconderam e disseram: nós respeitamos todas as formas de propriedade, defendemos uma sociedade onde convivam harmonicamente a grande propriedade privada, com a média propriedade, com a pequena propriedade, com a propriedade comunal, com a propriedade estatal, sem conflito, dando ajuda a todos, complementando-se uns aos outros. Não poder existir falácia maior. Como se pode conciliar o interesse do grande proprietário depredador com os interesses do país, com os interesses dos indígenas do TIPNIS, com os interesses dos pequenos proprietários? A grande propriedade tem de se impor sobre as outras formas de propriedade, mais ainda, contra a forma comunal, comunitária, que nesse país já foi varrida, que somente permanece em alguns extremos mais abandonados do país, a própria classe camponesa, que é indígena em sua maioria, já são pequenos produtores, donos de sua parcela, já não há produção comunitária, permanecem resquícios de costumes comunitários, mas seu modo de vida já é individual. Mas esse camponês como atua, que aspira como pequeno proprietário? Sua aspiração natural é converter-se em grande proprietário, aumentar sua propriedade, por isso os cocaleiros querem entrar no TIPNIS. É seu instinto de propriedade o que os empurra, não pode ter essa convivência entre as diversas formas de propriedade. Não pode haver libertação desse país senão se acabar com a grande propriedade, a grande, a que explora as demais formas de propriedade. Quando falamos da revolução, não vamos ter piedade com as multinacionais, não vamos ter piedade com os empresários sanguessugas e entreguistas, mas vamos respeitar a pequena propriedade, a propriedade comunal e juntamente com elas, a partir do Estado, vamos tratar de incorporar no campo a fazenda coletiva, para superar seu atraso, para superar o arado, para introduzir as formas modernas de produção, para que possa produzir, mas isso não será imposto, irá ocorrer de tal maneira que aquelas comunidades que aceitem organizar-se coletivamente nas fazendas com a mo-

derna maquinaria, com os recursos modernos da agricultura e demonstrarem aos demais companheiros a vantagem de produzir assim, ao invés de continuar produzindo com as mãos e com o arado de quatro sucros.

Guillermo desautoriza o MAS e diz: a partir do momento em que o MAS defende, garante a grande propriedade, é um governo cuja política é burguesa. E um governo com essas características está condenado a se chocar com os oprimidos e apoiar-se nos grandes proprietários e converter-se em laiaio das multinacionais. Os seis anos do governo do MAS comprovam essa colocação do POR.

O companheiro Rafael também diz: nós nos equivocamos. Acreditamos no projeto do MAS, mas não tínhamos visto esse detalhe, a que forma de propriedade obedece esse governo, se obedece a grande propriedade, é um governo nitidamente burguês e podemos adiantar que está condenado a reprimir os proletários e garantir os direitos dos grandes proprietários.

O outro tema que aborda Guillermo é o problema de que o partido não assimilou muitas de suas experiências mais ricas e, para ele, a maior experiência de sua vida é como se elaboraram as Teses de Pulacayo, que é o ponto de partida de onde as ideias do trotskismo encarnam o movimento operário mineiro, momento em que se desata a repressão contra a célula que ele tinha na cidade de La Paz, que tinha se dedicado a sair às ruas e pichar consignas revolucionárias, etc. Imediatamente, a polícia os identificou e caiu sobre eles. Guillermo escapa de La Paz e se refugia em Oruro e, depois, em Siglo XX. Na clandestinidade, forma uma pequena célula com três mineiros com quem queria discutir o marxismo. No início, eram como uma pedra e não queriam ouvir nada, nem de revolução, nem de chiste. De repente, estala a greve na Siglo XX e ele observa como esses seus camaradas, e não somente eles, mas o conjunto dos trabalhadores mineiros, dão um salto gigantesco, tomam a mina, se convertem em governo do lugar e então diz: foi para mim a constatação na prática da validade do marxismo, era ver o marxismo em ação, por meio do instinto comunista dos operários, isso que eu lia nos livros escrito por Marx sobre a classe operária, pela forma como produz, tem um instinto socialista, hoje eu vi funcionar na prática, por isso ele assinala que, no calor desse conflito, vê como esses operários que até um dia anterior não queriam ouvir nada, de repente tiram de suas entranhas, por sua forma de vida, tudo o que o marxismo assinala sobre o que é a classe operária e é nesse ambiente de radicalização que redige as Teses de Pulacayo e é apresentada, por meio da Federação do Siglo XX, ao Terceiro Congresso Mineiro e é aprovada. Desde então, se converte em uma bíblia para os trabalhadores mineiros e de todos os operários do país.

Até onde o partido assimilou isso, essa constatação, na prática, do que é o instinto do proletariado, que não tem em outras classes exploradas, aí está a prova! Quando se manifesta que os camponeses estão com o MAS, é que os camponeses têm outro tipo de interesses; mas sem dúvida, esses camponeses pequenos proprietários, não têm possibilidades de melhorar suas condições de miséria no marco desta sociedade que os oprime, por isso, a resposta que dá Guillermo ao problema do atraso do campo e ao problema do minifúndio que é antieconômico e é a razão da miséria do camponês, é a fazenda coletiva e ele disse: entre os anos de 52 e 53, os camponeses ocuparam as

fazendas, sob a direção do POR, se formou um punhado de camponeses revolucionários que haviam adotado o programa do POR, que eram os que dirigiam a tomada das fazendas e sobre esse fato consumado, onde o partido jogou um papel fundamental, é que recentemente o governo do MNR se viu obrigado a ditar a Reforma Agrária.

Mas os poristas que dirigiam a ocupação das terras assinaram que se devia tomar a fazenda e não dividi-la, mas manter a comunidade produtiva coletiva, e a resposta do governo foi a divisão. A reforma agrária entregando a cada camponês um pedacinho de terra e quando isso ocorreu esses mesmos camponeses que, até o dia anterior, marchavam juntamente com a direção desses camaradas, lhes dão as costas porque seu instinto proprietário os leva a isso, a serem donos, proprietários; um exemplo vivo das leis que o marxismo assinala, “somente a classe operária tem instinto socialista” e as demais classes na sua necessidade de responder a seus problemas terão de ir à luta sob a direção da classe operária. Mas quem são os protagonistas da revolução, para quem vai ser a revolução? Para o conjunto dos oprimidos.

Um terceiro aspecto em que insiste com mais força, é a autocrítica a seu partido, a sua obra, e ele disse: qual é a vantagem do POR, seu programa, a validade de seu posicionamento, a validade comprovada do que dizem os fatos, a história verificou e ratificou a justeza da colocação e a estratégia que tem colocado o POR em seu programa. Mas qual é sua debilidade? Sua militância, porque não consegue se elevar no nível do que deve ser um partido de revolucionários profissionais. Para nós, essa crítica é terrível, mas é a verdade. O que é o revolucionário profissional, para Guillermo? É aquele que dedica toda sua existência, a maior parte de seu tempo, ao trabalho da revolução, da penetração nas massas, além disso é aquele que se elevou teoricamente, ao nível de poder elaborar teoria, para interpretar a luz do marxismo os acontecimentos que ocorrem, especialmente nesse país que não dá trégua. Este é um país onde a luta de classes é tremendamente intensa, não há um dia, uma semana, onde não ocorram novos problemas que necessitam de uma explicação feita à luz da ciência, da ciência sociológica que é o marxismo. Esses militantes têm de elevar-se a esse nível, não basta que repitam o programa, têm de estar atualizando constantemente esse programa e assim devemos entender.

Aqui há uma questão. Onde há o revolucionário profissional que reclama Guillermo? Somente se pode fazer na prática da militância, não poderá haver revolucionário profissional se se não milita no POR, só aí, pode dar-se o surgimento do revolucionário profissional, pela necessidade, quando na luta necessita entender o que se passa, quando na luta necessita explicar o que se passa, quando na luta necessita assinalar aos explorados qual é o caminho a seguir. Aquele que especula sobre o revolucionário profissional à margem da militância está condenado a morrer como um simples especulador, é pois a unidade da teoria e a prática, ligada à luta social, não se pode elaborar teoria sem a prática revolucionária e essa é a militância.

Convidamos a todos esses companheiros que estão a volta do POR e que não se animam a entrar na militância, que de uma vez por toda o façam. Essa deve ser a melhor homenagem ao companheiro Guillermo Lora.

Muito obrigado

77º aniversário do POR**Pronunciamento da companheira de vida de Guillermo Lora
Camarada Rina**

Saúdo a direção do partido, Alfonso Velarde, Miguel Lora e a todos os camaradas;

Saúdo os 77 anos do aniversário do glorioso Partido Operário Revolucionário; ainda mais, hoje lembramos a partida de Guillermo Lora. Em sua homenagem é que se publicaram e recopilaram os tomos 68º e 69º das Obras Completas, que abarcam os anos de 2005 a 2008. São seus escritos póstumos, que podemos considerar como seu testamento político.

Guillermo, quando já se encontrava com a saúde abalada, cada semana entregava, em um pequeno formato digitalizado, para que estas derradeiras ideias fossem discutidas e assimiladas por seus camaradas. Foi o último esforço que fez para transmitir a seu partido a necessidade de que o Partido Operário Revolucionário (POR) esteja armado ideologicamente em sua tarefa de construir a sociedade comunista.

Falar de Guillermo é falar do Partido Operário Revolucionário (POR) e falar do POR é falar de Guillermo, nessas páginas leremos, uma e outra vez, sobre como se redigiram as Teses de Pulacayo, isso é feito a partir de diferentes aspectos, querendo que se compreenda essa maravilhosa explosão do instinto comunista nos operários. Em um deles, relata como a partir de uma humilde choça encravada nas alturas da cordilheira, nas minas do Siglo XX, uma pequena célula clandestina, composta por três operários e um universitário, ele próprio, reunindo-se seis horas ao dia durante por volta de um mês, conseguiram enviar esta vibrante mensagem sobre a qual ele disse, secretamente e em silêncio, foi engendrada e nasceu em uma humilde choupana mineira a política revolucionária, que transformou o proletariado e também a massa de explorados e oprimidos do país. Esse famoso documento acabou comovendo toda Bolívia e abriu o caminho para que os setores proletários levantassem a consigna da tomada do poder político, da implantação da ditadura do proletariado, como resposta à opressão e exploração da qual são vítimas. Em outro comentário disse: a transcendência das Teses de Pulacayo está em que foi elaborada na cabeça e no coração dos mineiros do Siglo XX, que foi ditada por eles, para que seu amigo, jovem universitário, as passasse para o papel como proposta para que se discutissem no congresso mineiro de Pulacayo, de 8 de novembro de 1946, e que depois de mais de cinco décadas continuam vigentes e atuando, assinalam que a tarefa de hoje é a de transformar o instinto em ciência política.

Ao referir-se ao MAS, o identifica: “na realidade o MAS não existe como partido político a partir do momento em que não tem programa ideológico, se limita a repetir mecanicamente as colocações dos partidos burgueses e dos governos capitalistas”, que se distingue por considerar um princípio sagrado e intocável a propriedade privada dos meios de produção, particularmente, a grande propriedade imperialista, há que falar com precisão: Evo e sua camarilha, que monopolizam o governo burguês de nossos dias, são expressão reacionária da política da burguesia boliviana agonizante. Chega à conclusão de que Evo Morales e o MAS, que não têm nada de socialistas, não defendem a libertação nacional da opressão destruidora imperialista, além do mais, estão empenhados em ganhar a amizade e até o carinho dos monstros que estão

estrangulando o mundo.

Em outro tema, Guillermo sustenta que o processo revolucionário começa em 1946, com as teses de Pulacayo e continua o ascenso até o ano de 1971, com a Assembleia Popular; o ponto mais alto, porque chegou às portas da tomada do poder pelo proletariado. Guillermo, o que é o mesmo, o POR, foi o arquiteto da Assembleia Popular, viveu a epopeia das massas e com elas chegou muito próximo da nova sociedade sem classes, quando os oprimidos se encaminhavam para consumá-la, foi frustrada pelo golpe militar que se gestou contra ela, a Assembleia Popular de 1971, foi um verdadeiro órgão de poder do proletariado que conduzia as bases exploradas e oprimidas, isto é, foi um soviete que cumpriu tarefas de governo politicamente dirigidas pelo Partido Operário Revolucionário (POR).

Sobre a propriedade coletiva, lembra a experiência do Partido Operário Revolucionário, na ocupação das fazendas nos anos de 1952 e uma valiosa e honesta autocrítica dos acertos e erros do POR e dele mesmo, a isso se refere no escrito denominado “a necessária autocrítica”, rememora o fato pelo POR, tanto suas conquistas como suas frustrações e diz: “destampar o tesouro que sobre esse tema guarda o POR e que seja transmitido ao grande público e à IV Internacional, que seja favorável para o amadurecimento do partido mundial. Sabe que o POR boliviano trabalha em um país capitalista atrasado, de baixo nível cultural, que se traduz numa multidão de dificuldades, as quais têm de vencer para difundir os materiais partidários; no entanto, as contribuições poristas são impactantes neste mundo de analfabetos, que estão recolhidas nessa monumental obra, que são as Obras Completas, basta lembrar a “Inviabilidade da Democracia”, que nos dá os elementos para não nos embriagarmos com aqueles que: “dizem ser necessário defender a democracia, encruzilhada que até os mineiros de Huanuni confunde. Deixa-nos transparecer suas preocupações, porque suas contribuições, suas análises, o arsenal ideológico, teórico e as contribuições para a teoria marxista que o POR realizou estão limitadas ao conhecimento de alguns poucos.

O pensamento do POR, de Guillermo Lora, tem sido ocultado pela imprensa burguesa, que colocou um cordão de silêncio ao redor dessas ideias, nas universidades não se conhecem nem se discutem essas propostas. Guillermo pôs grande ênfase no dever de trabalhar para se contrapor a esse bloqueio. Devemos nos esforçar para por ao alcance do movimento revolucionário nacional e internacional esse valioso arsenal ideológico, esta montanha de publicações. Formamo-nos e temos as ideias do POR, mais do que o nome ou qualquer outra identificação está o fato de ser trotskista. Guillermo nos marcou com suas ideias, é por isso que temos o privilégio de compreender por cima de outras tendências a realidade, a forma de atuar e interpretar os fatos que se dão na Bolívia. A vida cobra sentido pelo simples fato de ter sido parte desta bela epopeia desse partido de ferro e de ter conhecido tantos e tantas camaradas e de chamar de camarada: Guillermo Lora, Cesar Lora, Isaac Camacho, Mendizábal, Agar Peñaranda e todos os homens e mulheres e também os de hoje, que estão na primeira fileira de combate por um mundo melhor.

Saudamos o POR boliviano por sua Conferência Nacional

Em 19 de junho, realizou-se a Conferência Nacional do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. A Resolução se fundamenta essencialmente na caracterização da situação revolucionária que vem se gestando com a crise econômica, com o fracasso do governo burguês de Evo Morales e com a crescente luta das massas.

Segundo o documento, com a incorporação dos mineiros de Huachuani e Colquiri na greve geral pela Lei de Pensões se evidenciou a tendência geral da maioria oprimida de se chocar com o governo e a se libertar das ilusões que a prenderam ao governo do MAS, uma caricatura do nacionalismo burguês.

Nestes anos de governo, se evidenciou a incapacidade de Evo Morales de romper as amarras do imperialismo e estancar o saque do País. O POR havia assinalado que o palavreado em torno do Estado plurinacional, da soberania e das reformas se despedaçaria diante da preservação da grande propriedade capitalista. O trotskismo combateu a farsa das nacionalizações. De fato, Evo não fez senão comprar parte das multinacionais e associar o Estado ao capital externo saqueador. Combateu as mentiras sobre a solução agrária que supostamente favoreceria os camponeses – grande parte, indígenas -. As terras continuam nas mãos dos latifundiários. E os camponeses, a enfrentar a crônica miséria. As nacionalidades índias não viram a tão cantada integração plurinacional. A pequena-burguesia urbana, em sua grande maioria, permaneceu no estado de penúria.

O proletariado mineiro, distintamente, foi reanimado com o virtuoso ciclo econômico mundial que se fechou com a eclosão da crise nos Estados Unidos, em novembro de 2008, mas que ainda não atingiu frontalmente a mineração boliviana. Emprego e salário bem acima da média nacional frearam as tendências de luta desse setor fundamental do proletariado. Mas as condições da maioria seguiram o caminho inverso.

Em 2012, a greve da saúde refletiu o descontentamento geral dos explorados e arrancou a máscara do governo burguês. A greve da polícia confirmou o agravamento da crise política. O governo do MAS já não enfrenta oposição oligárquica da Meia Lua - que em torno da Constituinte e da reforma constitucional ameaçou levantes regionais, a partir de Santa Cruz de La Sierra -, mas sim levantes de setores oprimidos pelas relações capitalistas de exploração.

Em 2011, a reação dos indígenas à construção de uma estrada que cortaria o território Tipnis (de grande interesse para a burguesia brasileira), finalmente, exporia o rosto capitalista do governo, que chegou ao poder apoiado pelos originários.

O POR boliviano teve suas caracterizações e teses confirmadas. O MAS que serviu de canal para a crise do regime político, que levou as massas a expulsarem do poder o presidente Sánchez de Lozada (MNR), hoje, se despedaça diante da impossibilidade de ir adiante com sua política de pseudo-reformas.

A Conferência ratificou a linha desenvolvida pelo POR e colocou a necessidade do marxismo-leninismo-trotskismo se colocar à altura das tarefas que uma situação revolucionária em desenvolvimento exige. É fundamental recuperar as posições ocupadas no proletariado mineiro, de onde o POR arrancou forças para constituir o programa da revolução social, e penetrar nas camadas operárias urbanas. O governo do MAS não tem outra via senão atacar a vida dos explorados. Esse ponto se destacou na Conferência.

Uma situação revolucionária ainda que em desenvolvimento exige mudanças de método e forma no trabalho político. Nota-se que é preciso travar uma luta pela transformação de seus quadros – muitos

são jovens - em militantes profissionais na concepção leninista do partido. O POR boliviano tem longa experiência na formação de quadros leninistas. Seu dirigente, Guillermo Lora, deixou rica formulação sobre o militante profissional.

Estiveram na Conferência o POR do Brasil, Argentina e Chile, que recentemente se reorganiza no âmbito do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Saudamos a Conferência Nacional do POR boliviano.

Reunião do Comitê de Enlace

Após a Conferência, as seções se reuniram para organizar o trabalho do Comitê de Enlace. Confirmou-se a realização de um Congresso dentro de alguns meses. Estabeleceu-se a pauta: documento sobre o desenvolvimento da crise mundial, integração da seção do Chile e programa, informe das seções (apresentação da proposta de programa do POR brasileiro), trabalho internacional do Comitê de Enlace e eleição de uma executiva.

O Congresso será realizado sob a base de delegados, segundo os Estatutos do Comitê de Enlace.

Discutiu, ainda, vários aspectos. Destacamos um deles. Quanto ao funcionamento do Comitê de Enlace, reconheceu-se a necessidade de estabelecer um quadro organizativo que permita a elaboração coletiva, crítica e autocrítica.

O caráter embrionário das seções brasileira e argentina (a chilena recém-integra) e o volume de tarefas do POR boliviano dificultam o funcionamento centralizado do Comitê de Enlace. Mas é preciso dar passos no sentido contrário ao mau funcionamento, ao quase inexistente trabalho internacional e à ligação federativa entre as seções.

Fez parte da discussão o método do trabalho centralizado (centralismo democrático): trata-se de seguir o princípio marxista da elaboração coletiva, crítica e autocrítica, que por sua natureza se contrapõe ao caudilhismo, à artificial interferência de uma seção na vida interna de outras seções, à dupla militância, à tentativa de ditar a política, ao paralelismo e ao fracionismo.

A ligação federativa é que pode dar lugar a distorções, que minam o trabalho internacional. A história da IV Internacional depois da morte de Trotsky está marcada por esse tipo de funcionamento. Notamos que o federativismo organizativo serve ao revisionismo, ao aparelhismo e ao caudilhismo. Por mais débil que seja o Comitê de Enlace, deve se apoiar na experiência dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional.

O processo de reconstrução da IV Internacional – o Partido Mundial da Revolução Socialista – depende de armar os partidos-programas no seio do proletariado. O processo histórico de organização do proletariado em cada país depende do trabalho concreto e tenaz de sua vanguarda leninista. Nenhuma organização internacional ou seção em particular poderá substituir essa condição. Nota-se que o revisionismo do trotskismo procura criar satélites, organizações sem programa. Via de regra usa seu aparato organizativo-financeiro para forjar grupos no exterior, sem programa e seguidor da cartilha do revisionismo.

Por mais embrionário que seja o organismo internacional – no caso o Comitê de Enlace -, deve ser regido e funcionar segundo o centralismo democrático e segundo o fundamento marxista da elaboração coletiva, crítica e autocrítica.

Essa discussão deve ser amadurecida e passos práticos devem ser dados. A realização do Congresso do Comitê de Enlace poderá fundamentar aspectos de princípios de seu funcionamento. Outros problemas debatidos têm valor interno às seções do Comitê de Enlace.